



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 81 – Novembro 2010

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Mulheres refugiadas

EDITORIAL	2
ITALIANO	3
Le donne rifugiate nel mondo.....	3
In fuga da guerra e povertà, il dramma dei rifugiati in Italia.....	3
Darfur: forte rischio di stupro per le rifugiate in Ciad, nonostante la presenza Nazioni Unite.....	4
L'integrazione possibile delle donne straniere in Italia.....	5
Karima e le altre: giovani rifugiate raccontano le loro storie di (non ordinaria) violenza.....	6
La Caritas esorta a una maggiore difesa delle donne rifugiate	8
Storie di rifugiate, degne di un film horror	9
PORTUGUÊS	10
Casa de acolhida fornece moradia para refugiadas em São Paulo	10
Mulheres e homens violados ao serem expulsos de Angola para a Rep. Democr. do Congo...10	10
Documentário ajuda mulheres a enfrentar a violência sexual na Colômbia.....	11
Mulheres chefes de família recebem apoios no Bié	12
Do tráfico ao reassentamento: A história de uma mãe somali e sua filha.....	13
Educando Hassina: grandes sonhos em uma modesta sala de aula.....	14
Haiti: mulheres deslocadas participam de projeto de trabalho comunitário.....	15
ENGLISH	16
Appeals Case Gives Hope to Guatemalan Refugees.....	16
Female Refugees in Vermont Lead as Breadwinners.....	17
Life tougher for refugee single mums.....	19
Iran civil rights activist could face 'honour killing' if deported from UK.....	19
Women fast-tracked to asylum denial	20
Women seeking asylum: shame and isolation.....	21
Kenya: Police Abuse Somali Refugees.....	23
ESPAÑOL	25
Desfavorables condiciones para mujeres migrantes en el mundo	25
Mujeres refugiadas en el Ecuador son maltratadas, según informe de ONU.....	26
Haití: para evitar violaciones, mujeres y niñas utilizan armas.....	26
Refugio para gays y maltratadas.....	27
Un refugio del miedo y la vergüenza	29
Una historia de violencia: refugiadas centroamericanas en México.....	30
Violencia sexual, nueva emergencia en los campos de refugiados por el sismo.....	32

EDITORIAL

No dia 14 de dezembro de 2010 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) completará 60 anos. Sem dúvida, há muitas razões para comemorar. No entanto, há algo triste e desafiador nesse aniversário: depois de 60 anos a comunidade internacional ainda não conseguiu erradicar a tragédia de pessoas que, “por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não podem ou não querem regressar ao mesmo”, conforme a Convenção das Nações Unidas de 1951.

Na atualidade, o número de refugiados, deslocados internos e solicitantes de asilo continua expressivo: trata-se de cerca de 43 milhões de pessoas oficialmente reconhecidas pelo ACNUR em 2009, o maior número desde os meados dos anos 90. Isso sem contar os milhões de refugiados “de fato” que, por alguma razão, não entram nas estatísticas oficiais.

Neste amplo universo das migrações forçadas inserem-se as questões de gênero que contribuem para a complexidade da realidade dos refugiados no mundo, a qual é marcada pela frequente incidência de violações dos direitos das mulheres refugiadas e das suas necessidades específicas.

Um primeiro fator que vale a pena destacar é que na definição supracitada da Convenção das Nações Unidas de 1951 não se faz referência direta à discriminação por razões de gênero. Para suprir esta falha, nas últimas décadas, as Nações Unidas têm elaborado um conjunto de orientações em que ressaltam que a definição internacional de refugiado “inclui as reivindicações relativas a questões de gênero” (ACNUR, 2002), que podem envolver – além de fatores e critérios específicos para os refugiados – a violência sexual, a violência doméstica, o tráfico humano, a coação no planejamento familiar, o aborto forçado, mutilação feminina, o matrimônio forçado, o assassinato ‘por questões de honra’ ou o castigo por contrariar normas sociais (UNFPA, 2006, p. 58). Mesmo assim, ainda há muitas dificuldades na aceitação de uma interpretação da condição de refugiado mais ampla em relação à definição da Convenção de Genebra.

Um segundo aspecto a ser ressaltado é a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres refugiadas. A fuga, em princípio, pode representar uma oportunidade para sair da discriminação e da perseguição. No entanto, para muitas mulheres a situação é diferente. Vários artigos desta Resenha relatam a violência a que são submetidas as mulheres não apenas na hora da perseguição e da fuga, mas também nos campos de refugiados. Calcula-se que cerca de 25% das mulheres refugiadas ou solicitantes de refúgio em idade fértil estejam grávidas (UNFPA, 2006). Aquelas que passaram por violências sexuais são mais vulneráveis também a problemas psico-sanitários, como lesões, transtornos pós-traumáticos, doenças de transmissão sexual, de gravidez sem o devido acompanhamento médico.

Mas o que mais choca, na conjuntura contemporânea, é que a violência planejada e sistemática contra as mulheres está se tornando uma prática cada vez mais comum. A “limpeza étnica” realizada, nas últimas décadas, em diferentes continentes contempla não só a matança de crianças do outro grupo étnico, mas o estupro sistemático de suas mulheres. E não é apenas um problema de povos longínquos e bárbaros: em 2002, foi comprovado que, em campos de refugiados da África Ocidental, havia violência sexual sistemática contra mulheres perpetrada por funcionários da ONU e de ONGs: trocavam-se alimentos e serviços assistenciais por relações sexuais, sobretudo com jovens de 13 a 18 anos! (UNFPA, 2006).

Percebe-se, nesta ótica, que a violência contra mulheres tem raízes profundas que envolvem não apenas regimes autoritários e povos “selvagens”, mas a própria “civilização” contemporânea e sua incapacidade de reconhecer a alteridade, sua tendência em refugar seres humanos (Zygmunt Bauman), em comportar-se como se “os outros não fossem – ou, de qualquer modo, não inteiramente – seres humanos” (Tzvetan Todorov), em gerar um limiar além do qual “a

vida cessa de ter valor jurídico e pode, portanto, ser morta [ou violada], sem que se cometa homicídio” (Giorgio Agamben).

Não é de se estranhar, portanto, se, a distância de 60 anos, o ACNUR seja obrigado a celebrar mais um aniversário, almejando a erradicação das migrações forçadas e pleno respeito da dignidade para homens e mulheres.

ITALIANO

Le donne rifugiate nel mondo

Vi sono circa 50 milioni di persone sradicate nel mondo, tra rifugiati che hanno cercato sicurezza in un paese che non è il loro e persone che sono sfollate all'interno del proprio paese. Tra il 75 e l'80 per cento di queste persone è costituito da donne e bambini.

Lontane dalla loro casa, dalla loro famiglia, senza la protezione del loro governo, le donne sono particolarmente vulnerabili. Devono affrontare le difficoltà di viaggi molto lunghi verso l'esilio e spesso l'indifferenza per la loro situazione.

Rischiano di subire attacchi da parte di soldati, appartenenti alle forze di sicurezza, gruppi armati, banditi, pirati o altri sfollati. A volte i contrabbandieri aiutano le donne a passare il confine in cambio di prestazioni sessuali o soldi.

Nei campi profughi le donne rifugiate rappresentano quasi sempre l'unica speranza di sopravvivenza per i loro figli, proprio nel periodo in cui sono meno in grado di sopportare questo peso da sole. Ogni giorno è una sfida. Si comincia all'alba facendo la fila per l'acqua in mezzo al fango del campo profughi. Poi, le taniche da trasportare fino alla tenda. E ancora chilometri e chilometri di cammino per raccogliere qualche ramo secco con cui cuocere gli ingredienti della razione alimentare. Cibo che, molto spesso, viene distribuito dagli uomini secondo criteri arbitrari, a volte dirottato per altri scopi o venduto al mercato nero.

La maggior parte delle donne in fuga non arriva a chiedere asilo all'estero. Una piccola minoranza di

donne rifugiate cerca asilo nei paesi industrializzati. Anche quando sono trattate con rispetto, molte donne sono troppo spaventate per descrivere le loro umilianti esperienze davanti a stranieri.

Alcune cifre

Nel mondo, l'80 per cento delle vittime di armi da fuoco leggere è costituito da donne e bambini, un bilancio che è maggiore delle vittime tra militari.

La violenza tra le mura domestiche è la più diffusa forma di abuso ai danni delle donne. Sono solo 44 i paesi del mondo che specificamente proteggono le donne dalle violenze domestiche.

Le donne sono sottoposte a svariati abusi sessuali. In Bosnia e Ruanda lo stupro era diventato un obiettivo deliberato di guerra. Oltre 20mila donne furono stuprate in Bosnia in un solo anno, il 1992, e la grande maggioranza delle donne sopravvissute al genocidio in Ruanda è stata vittima di aggressioni sessuali.

Oltre 300mila giovani, tra cui molte donne rifugiate, prestano attualmente servizio come baby soldato nel mondo.

La maggioranza delle persone oggetto di traffici umani sono donne, in particolare quelle destinate alle industrie sessuali nel mondo.

Fonte: <http://www.centroastalli.it/le-donne-rifugiate-nel-190.0.html> - senza data

In fuga da guerra e povertà, il dramma dei rifugiati in Italia

Giulia Cerino

L'associazione Astalli presenta il Rapporto 2010 sulle condizioni di vita dei migranti. 'Diminuiscono le domande d'asilo ma crescono gli utenti che usufruiscono dei Centri'. In 19 mila senza accoglienza. Molti gli uomini afgani e le donne africane.

Ogni pomeriggio, dal lunedì al venerdì, formano una coda di uomini e aspettano di entrare nella mensa. Si rivolgono agli sportelli dedicati all'orientamento al lavoro, chiedono assistenza

legale o partecipano ai corsi di lingua per imparare l'italiano. Gli uomini provengono soprattutto da Afghanistan, Eritrea e Somalia. Le donne

dall'Africa nera. Il 67% ha tra i 21 e i 30 anni, mentre sono pochissimi quelli che superano i 40.

E' questa la fotografia, aggiornata al 2009, sulle condizioni dei 19mila richiedenti asilo e rifugiati in Italia. Non immigrati ma "migranti forzati", perché scappati dalla guerra. A scattare la foto è il Centro Astalli, un'associazione di gesuiti presente a Roma, Vicenza e Palermo che opera da centro polifunzionale per l'assistenza e la protezione dei rifugiati in Italia. E grazie al monitoraggio dei loro spostamenti in ogni settore della vita quotidiana, il Centro fornisce in esclusiva il Rapporto 2010: un'interpretazione statistica delle condizioni di vita dei rifugiati "italiani" che da gennaio a dicembre 2009 sono entrati in contatto con l'Associazione.

I numeri. I numeri sono conseguenza delle misure del governo in materia di immigrazione. La flessione delle domande d'asilo seguita alla politica dei respingimenti nel Mediterraneo si è avvertita fin dal giugno 2009: il calo registrato rispetto all'anno precedente era del 35,5%. Ma rispetto al 2008, gli utenti che hanno usufruito dei servizi dei centri Astalli sono aumentati. L'afflusso nelle mense, passaggio obbligatorio per conoscere e accedere agli altri servizi dei Centri, è cresciuto del 33%. Di pari passo si sono estesi i tempi di permanenza: il periodo medio di frequentazione delle mense per ogni utente si è allungato, superando in molti casi i sei mesi.

Uomini. Dei quattro centri presenti a Roma, quello di via degli Astalli è il più grande. Qui, i rifugiati maschi in attesa di pasti caldi sono principalmente afgani (6mila 851), eritrei (2mila 275) e somali (2mila 159). E anche considerando scenari "micro", le proporzioni non cambiano. Nel piccolo centro di San Saba, sempre a Roma, sono 81 gli ospiti accolti nel 2009. Di questi, 40 sono afgani, 7 iraniani, 6 della Costa d'Avorio, 3 dell'Eritrea e 3 dell'Iraq. Anche qui, l'età media è piuttosto bassa: il 74% ha meno di 30 anni.

Donne. Le donne rifugiate in Italia sono invece quasi tutte africane. Il 38% viene dal corno d'Africa (Eritrea, Etiopia, Somalia) e l'80% del totale ha un'età media compresa tra i 21 e i 40 anni, mentre

più della metà ne ha meno di 30. Dal 2008 poi, c'è un cambiamento. Il periodo di permanenza delle donne nei centri si è allungato. Rispetto agli uomini, ottenere il riconoscimento dello status di rifugiato è diventato più difficile. E le donne sono poche anche negli ambulatori medici messi a disposizione dai centri stessi: i pazienti sono per il 95% uomini, giovani afgani, o provenienti dai paesi del corno d'Africa (1/4 del totale).

Bambini. Aumenta la presenza di bambini in rapporto agli adulti: rispetto al 2008, i piccoli rifugiati hanno superato il 44% del totale. Di questi però, solo l'11% del numero complessivo dei rifugiati ospitati è riconosciuto dallo Stato italiano. Nel 38% dei casi si tratta infatti di minori in attesa di audizione in commissione. Al contrario degli adulti, i rifugiati-bambini vengono dal Kosovo, dall'Eritrea ma anche dalla Colombia e dalla Romania.

Lavoro. Diminuiscono le domande d'asilo ma crescono i rifugiati bisognosi di ascolto e orientamento legale: nel corso del 2009 il numero di persone che si è rivolto almeno una volta a uno dei Centri Astalli dedicati all'orientamento o al lavoro è cresciuto del 60% rispetto all'anno precedente. Il totale, 735 persone: 3/4 uomini, 1/4 donne e tutti titolari di protezione sussidiaria o di protezione umanitaria. Un dato, questo, che rivela una crescente difficoltà da parte degli stranieri a rivolgersi autonomamente ai servizi pubblici e privati, con analoghe finalità, che operano sul territorio.

Nord-Sud. Nel 2008 si erano trasferiti nelle città del Nord Italia ma nel 2009 sono stati costretti a tornare sui loro passi. E' questo quello che emerge dal Rapporto 2010: uomini e donne del Bangladesh, del Marocco, dello Sri Lanka, della Somalia, del Ghana e della Costa d'Avorio, dopo aver perso il lavoro trovato al Nord, sono tornate in massa al Centro Astalli di Palermo. Costretti a chiedere, di nuovo, aiuto e assistenza.

Fonte: <http://www.terrelibere.it/terrediconfine/3985-in-fuga-da-guerra-e-poverta-il-dramma-dei-rifugiati-in-italia> - 12.04.2010

Darfur: forte rischio di stupro per le rifugiate in Ciad, nonostante la presenza delle Nazioni Unite

Le donne e le bambine darfuriane rifugiate in Ciad rischiano ogni giorno stupri e altre violenze, anche all'interno dei campi e nonostante la presenza del personale delle Nazioni Unite. Lo ha denunciato Amnesty International, presentando il rapporto "Nessun posto dove andare: la violenza contro le rifugiate nel Ciad orientale".

Il pericolo proviene principalmente dagli abitanti dei villaggi situati nelle vicinanze dei campi per i rifugiati e dai soldati dall'Esercito nazionale ciadiano. L'Unità integrata di sicurezza (Dis), un reparto speciale di polizia sostenuto dalla Missione dell'Onu nella Repubblica centrafricana e nel Ciad, ha la responsabilità di garantire la sicurezza

all'interno e all'esterno dei campi per i rifugiati. Attualmente, sono 800 gli agenti della Dis dispiegati nei 12 campi del Ciad orientale, che ospitano complessivamente 260.000 persone, la maggior parte dei quali sono donne e bambini.

Gli agenti del Dis, si legge nel rapporto di Amnesty International, sono diventati bersagli della violenza locale ma si sono resi anche responsabili di violazioni dei diritti umani. Molte donne rifugiate affermano che questi agenti pensano solo a proteggere se stessi e che hanno fatto ben poco per garantire la sicurezza dei rifugiati.

Ma la violenza sessuale si annida anche all'interno dei campi, dove ad esempio gli insegnanti promettono voti alti in cambio di rapporti sessuali. Alcune bambine hanno dovuto lasciare le scuole per questa ragione.

"Che le rifugiate del Darfur rischino di subire aggressioni e stupri quando escono dai campi per

raccogliere legna e acqua, ormai è un fatto noto. Quello che non si sa è che la situazione nei campi non è migliore, giacché quelle stesse donne rischiano la violenza anche da parte dei familiari, di altri rifugiati, del personale delle organizzazioni umanitarie" - ha accusato Tawanda Hondora, vicedirettore del Programma Africa di Amnesty International.

Il rapporto sottolinea come il propagarsi della violenza sessuale sia dovuto alla cultura dell'impunità, profondamente radicata nel Ciad orientale. L'uso del metodo tradizionale del "negoziato" per risolvere le dispute e i conflitti mostra tutta la propria pericolosità quando si tratta di casi di stupro.

Fonte:

<http://www.amnesty.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2628> - 30.09.2009

L'integrazione possibile delle donne straniere in Italia

Marina Gersony

Presentati a Milano i risultati del progetto AIDa (Accoglienza, Integrazione e altro), realizzato dalla rete dei servizi Caritas grazie all'ex Fondo per l'inclusione sociale degli immigrati del Ministero del Lavoro e delle Politiche sociali.

Faduma, 27 anni, somala, sbarcata a Lampedusa, dopo un anno in un centro per donne rifugiate a Milano, probabilmente sarebbe finita in mezzo a una strada, come tante altre donne sue connazionali. Invece, ha potuto frequentare un corso di formazione professionale. Ha seguito lezioni di italiano. E soprattutto, ha trovato chi l'ha incoraggiata a andare avanti. Alla fine ha ottenuto non solo un lavoro ma anche una casa. Ora fa la cameriera in un prestigioso albergo di Milano e vive in periferia in un appartamento in condivisione con altre due donne straniere.

Joy, 28 anni, è arrivata da Milano da Benin City. Di notte si guadagnava da vivere vendendosi lungo i viali. Poi ha trovato le volontarie dell'unità di strada che l'hanno convinta a denunciare i propri sfruttatori. Come prevede la legge, ha ottenuto un alloggio e il permesso di soggiorno. Dopo di che, anche a lei è stato offerto un corso di formazione professionale. La sua borsa lavoro si è poi trasformata in un contratto. Oggi Joy è infermiera in un istituto per disabili.

Faduma e Joy (i nomi sono di fantasia) sono solo due delle donne che hanno potuto beneficiare dei corsi formativi del progetto AIDa (aiuto integrazione donna e altro), finanziato dal Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali e realizzato da Caritas Ambrosiana attraverso la sua rete di servizi, le cooperative Farsi Prossimo e L'Arcobaleno, la

Fondazione San Carlo. Il progetto i cui esiti sono stati illustrati al convegno Donne immigrate. La via per l'integrazione che si è tenuto alla Casa delle Culture del mondo a Milano giovedì 20 maggio, prevedeva un piano articolato di interventi della durata di 18 mesi destinati a donne extracomunitarie regolari. Grazie a questo progetto, in particolare 520 donne hanno ottenuto assistenza sociale, psicologica e sanitaria, 433 tutela legale. Non solo: 27, e tra queste alcune giovani madri, sono state accolte negli appartamenti sociali della Caritas distribuiti tra Milano e Lecco, e sono state affiancate dagli operatori sociali nella ricerca di soluzioni abitative autonome; 16 ora vivono un appartamento in affitto; 46 hanno seguito i 5 corsi di italiano attivati, 24 i corsi di formazione professionale, dividendosi equamente tra i due previsti, quello come cameriera d'albergo e quello come assistente nelle imprese di ristorazione; 18 donne hanno avuto anche l'opportunità di seguire un periodo di tirocinio in azienda che in quattro casi si è concluso con un'assunzione. «La popolazione femminile sempre di più rappresenta una presenza consistente e certamente significativa nella dinamica dei processi migratori. In Lombardia le donne straniere oggi rappresentano il 48,1% della popolazione immigrata e nella diocesi di Milano in particolare la loro percentuale è anche un po' più alta. Sono spesso loro i soggetti più deboli ma anche il vero motore dell'integrazione. Sono le

donne sudamericane, ad esempio, che dopo avere trovato un impiego, effettuano i ricongiungimenti familiari. Quelle che non lavorano, le donne arabe in genere, seguono i figli e sono un punto di riferimento imprescindibile per l'educazione e la crescita. Ed in generale sono le donne straniere a farsi carico dei problemi materiali della famiglia – ha detto Luciano Gualzetti, vicedirettore di Caritas Ambrosiana -. Aiutare loro significa, dunque, favorire spesso l'inserimento sociale di un intero nucleo familiare, unico efficace antidoto ai fenomeni di devianza e criminalità».

«Nonostante la crisi economica, i risultati del progetto Aida dimostrano che l'integrazione è possibile. Le storie delle donne che abbiamo incontrato sono la prova che a volte è sufficiente offrire un'opportunità per suscitare nelle persone percorsi virtuosi – aggiunge Giovanni Carrara,

presidente della cooperativa Frasi Prossimo, capofila del Progetto. Certamente Aida ha dato buoni frutti perché ha potuto innestarsi su una pianta solidocostituta da una rete collaudata di soggetti che da anni lavorano con gli stranieri: i servizi Caritas specializzati nell'ascolto e nell'accompagnamento sociale e legale, le cooperative collegate ad essa attive nell'accoglienza, la Fondazione San Carlo impegnata nei percorsi di formazione professionale. Ora questa rete, continuerà ad esistere e ad operare, sebbene con la chiusura del progetto, alcune delle azioni che avevamo potuto realizzare, necessariamente verranno meno».

Fonte: <http://www.marinagersony.com/2010/05/integrazione-possibile-delle-donne-straniere-in-italia/> - 20.05.2010

Karima e le altre: giovani rifugiate raccontano le loro storie di (non ordinaria) violenza

Donne rifugiate e migranti: il Cso L'Orizzonte di Parma porta l'esperienza della città e della provincia al convegno nazionale giovedì 17 giugno, a San Benedetto del Tronto, nella sala polivalente del Comune.

E' il presidente del Centro di Solidarietà L'Orizzonte onlus Roberto Berselli a portare l'esperienza di Parma e della provincia al convegno nazionale «Migrazioni marginali: rifugiati e richiedenti asilo, vittime di tratta, progetti migratori...».

Pubblichiamo alcune storie di ragazze fuggite dai loro Paesi in seguito a violenze e persecuzioni.

Sopravvissuta alle squadre della morte in Costa d'Avorio: accolta a Parma, oggi Yasmine lavora e ha una casa in cui vivere

Yasmine è una donna di cinquant'anni, ha un marito e due figli. Viene dalla Costa d'Avorio. Nel suo Paese era membro simpatizzante di un partito politico dove suo marito era attivista. Il Governo, attraverso le sue "squadre di morte", ostacolava in ogni modo il gruppo, tramite rapimenti, minacce di morte, assassini. Il marito di Yasmine ha subito interrogazioni, intimidazioni e violenze fisiche. L'intera famiglia è stata oggetto di tentativi di rapimento e ha dovuto lasciare la propria casa: a quel punto Yasmine ha dovuto affidare i figli ad amici, è scappata in Ghana da un'amica e del marito non ha mai più avuto notizie. Grazie all'amica ghanese, è riuscita ad avere un passaporto e un biglietto d'aereo per l'Italia. Ancora oggi non riesce a dormire a causa degli incubi che la tormentano: il suo pensiero costante è rivolto ai figli lontani. Tuttavia sta cercando di ricostruire la

sua vita a Parma. il Progetto FER le ha dato un'opportunità in questo senso: ha imparato l'italiano, è riuscita a trovare un lavoro temporaneo in una cooperativa di Parma e, finalmente, anche una casa in cui vivere.

Sequestrata, picchiata e violentata: lontano dalla Costa d'Avorio, Ambrose Deonie sogna di ricongiungersi con le figlie

Ambrose Deonie è nata nel 1980 in Costa d'Avorio, è di nazionalità ivoriana e di religione musulmana. Si è sposata con un militare e da lui ha avuto due figlie. Ha frequentato la scuola fino alla terza media, poi ha seguito un corso di formazione professionale: di cucito. Ha aperto un laboratorio di cucitura nel centro della sua città di residenza. Nel maggio del 2008 il Primo Ministro ha effettuato una visita nella città e per l'occasione era prevista la mobilitazione di tutti gli ex-combattenti. Il capo dei vecchi militi di zona - il marito di Alara ne era stretto collaboratore - non si è presentato. Questo atto di indisciplina, considerato un tentativo di sabotaggio e di ribellione, si è ripercosso sui colleghi del comandante e sulle loro famiglie, dichiarati ricercati. Durante una perquisizione il fratellino del marito di Alara è stato ucciso e la sorella ha ricevuto una pallottola nel piede, il tutto perché dicevano di ignorare dove fosse loro fratello maggiore. Alara è stata sequestrata, picchiata e violentata: da allora ha dolore agli occhi, alla colonna vertebrale e al basso ventre. Non avendo più notizie del marito e sapendo che la sua vita era in pericolo, è scappata ad Abidjan: qui un amico di suo fratello, in cambio di tutti i soldi che aveva, le ha organizzato il viaggio in Italia. Oggi Alara, grazie

al Progetto FER, ha imparato la lingua italiana e ha trovato un lavoro temporaneo in una cooperativa di Parma. Il suo sogno è quello di ricongiungersi finalmente con le sue figlie.

Scappata dagli orrori della Nigeria, Abigail attende dal 2008 il riconoscimento dello status di rifugiato: a Parma può professare liberamente il credo cristiano

Abigail è nata in Nigeria nel 1989 da madre commerciante e padre pastore in una chiesa locale. Come cristiani, era per loro difficile la vita in una comunità a predominanza musulmana. Di solito si trattava di aggressioni verbali, ma in seguito erano girate notizie su una banda di giovani delinquenti armati di machete e frecce, che arrivavano a distruggere le chiese del nord del Paese, probabilmente come violenta risposta alle provocazioni delle vignette sul Profeta Maometto pubblicate in Danimarca. Nel settembre 2007, una mattina Abigail si è recata in chiesa coi genitori. Durante la celebrazione hanno udito delle voci avvicinarsi sempre di più, allora hanno chiuso la porta e hanno continuato a pregare, ma i delinquenti hanno incominciato a lanciare pietre sul tetto della chiesa, forzando la porta sono riusciti ad entrare e hanno cominciato a picchiare tutti i presenti. Abigail è riuscita a correre via con altri, ma suo padre è rimasto con la madre, costretta in carrozzina e quindi impossibilitata a scappare. Entrambi, insieme ad altre quattordici persone rimaste nella chiesa, sono stati percossi e poi bruciati vivi. La ragazza è rimasta qualche giorno nel deserto, poi è tornata, ma nel suo paese veniva riconosciuta e insultata, allora si è rifugiata per due mesi nel deserto, poi per altri tre in un paese musulmano nascosta in un fabbricato abbandonato, dopodiché è passata in Niger, infine in Libia dove è riuscita ad unirsi a una barca diretta in Italia. È arrivata in Italia nel giugno del 2008. In Italia, Abigail è stata accolta ed assistita dal Centro di Solidarietà L'Orizzonte onlus che oggi la segue nel suo percorso per il riconoscimento dello status di rifugiato. Grazie al progetto FER, inoltre, ha imparato la lingua italiana.

Dopo le violenze subite più volte in Uganda, Ayala è fuggita: oggi è iscritta a scuola, frequenta un corso di danza e lavora come commessa in una bottega equo-solidale di Parma

Ayala ha diciannove anni ed è nata in un villaggio dell'Uganda. Qui è in corso da oltre vent'anni una guerra civile tra le forze governative ed un gruppo di ribelli che attaccano i civili delle altre comunità, come quella di Ayala, violando in molti modi i diritti umani: infliggono mutilazioni, torture, stupri, rapimenti, massacri e sfruttano bambini soldato. I

genitori di Ayala vendevano i prodotti della loro fattoria recandosi ogni martedì e sabato al mercato più vicino. La guerra civile era un grande ostacolo per questi loro viaggi. Un giorno sono partiti come di consueto e non sono più tornati. Ayala aveva dieci anni ed era figlia unica. È rimasta nel suo villaggio a lavorare in una fattoria in cambio di vitto, alloggio ed istruzione. Gli attacchi dei ribelli erano frequenti: di solito arrivavano di notte e bruciavano le case, anche con le persone dentro, rompevano tutto, rapivano bambini per usarli nel loro esercito, sequestravano ragazze per costringerle a diventare loro mogli, abusavano di loro e le uccidevano se non obbedivano. Ayala ha assistito ad aggressioni e mutilazioni, ha visto tagliare nasi e bocche. Lei stessa è stata picchiata più volte, spesso con dei rami, e ha subito violenza sessuale. Pagando una somma di denaro è riuscita a fuggire insieme ad un gruppo di persone. Dopo sei giorni di viaggio sono arrivati in Sudan, poi in altre tre settimane hanno raggiunto la Libia, ma il viaggio non è stato semplice da sopportare: i traghettatori picchiavano le donne e le minacciavano con la pistola, a volte le violentavano; il carro era piccolo e portava più persone di quelle che poteva contenere, a volte le persone cadevano. Si poteva mangiare una sola volta al giorno. In Libia Ayala non capiva la lingua, ma è rimasta 6 mesi cercando un modo per arrivare in Spagna. Alla fine ci è riuscita, però a Madrid le è stato detto che era difficile che accettassero domande d'asilo. Un giorno Ayala ha preso un treno per l'Italia. È giunta alla stazione di Milano alle cinque del mattino. In Italia è stata accolta presso l'associazione Pozzo di Sicar di Parma ed assistita dal Centro di Solidarietà L'Orizzonte di Parma. Finalmente nel maggio scorso, è riuscita ad ottenere lo status di rifugiato. Oggi, grazie anche al progetto FER, ha la possibilità di recuperare la sua giovinezza: si è iscritta a scuola, sta facendo un corso di danza e lavora come commessa in una bottega equo-solidale della città.

Dopo la fuga in Italia, Cleophes ha scelto Parma perché sapeva che nella squadra di calcio della città giocavano ivoriani

Cleophes è nata il primo giorno dell'anno 1975, viene dal nord della Costa d'Avorio ed è di religione cristiana evangelica, al contrario dei genitori, che erano musulmani, come la gran maggioranza degli abitanti della sua regione. Lei si è convertita in seguito all'arrivo di un missionario evangelico e questo le ha causato molte critiche nel suo villaggio, nonché litigi con il marito, che si opponeva violentemente alla sua scelta. Quando la guerra è scoppiata, lei era al lavoro nella capitale economica del Paese. Commerciava frutta e abiti

tradizionali. Ad un certo punto alcune donne, notando il suo abbigliamento del nord, hanno iniziato a minacciarla in tal modo che una folla è accorsa attorno a loro, come se fosse stata colta in flagranza di furto. Grazie all'intervento di un autista è riuscita a scappare. La guerra è divenuta presto infernale, un susseguirsi di rapimenti, false accuse, esecuzioni di innocenti. I missionari evangelici sono partiti, i giovani si sono organizzati come ribelli e tra questi anche il marito di Cleophes, che è poi scomparso. Lei è stata intimata di lasciare il paese. Tramite un amico libanese di suo marito, acquirente di prodotti che faceva imbarcare al porto di San Pedro, è riuscita a raggiungere la Spagna. Lui l'ha raccomandata ad un marinaio di una nave merci, che l'ha fatta sbarcare a Genova insieme ad altri quattro, con la raccomandazione di stare attenti a non essere notati dalla polizia. Si sono dunque separati e lei ha preso un treno per Napoli, dove ha preferito rimanere in stazione con dei senegalesi. Una moglie di questi, però, le ha trovato lavoro presso una famiglia di napoletani, che la sfruttava negandole un salario. Ha quindi deciso di fuggire ed è salita su un treno per Parma il 28 luglio 2007. Sapeva che nella squadra di calcio giocavano degli ivoriani. Oggi Cleophes è riuscita a trovare un lavoro a Parma grazie al Progetto FER e, insieme ad altre connazionali, anche una casa in cui vivere. È determinata a lasciarsi alle spalle le sue drammatiche esperienze e a ricostruire la sua vita qui a Parma.

Karima ha imparato l'italiano e ha trovato un lavoro temporaneo in una cooperativa della città

Karima è nata in Burkina Faso nel 1980. Suo padre è musulmano, ha quattro mogli e trentasei figli. Lei ha studiato e conseguito certificati di attitudine professionale in transazioni, trasporto e logistica. Ha anche frequentato corsi di formazione di informatica ed assistenza sociale. Per il suo stage

di studi si è spostata nella capitale, dove ha conosciuto uno studente nigerino ed è rimasta incinta fuori dal matrimonio, cosa proibita dalla religione musulmana, dalla tradizione del suo paese e dal regolamento dei suoi studi. Si è rifugiata in un centro di accoglienza per ragazze madri finanziato da italiani. Ha partorito sua figlia nel 2002 e si è convertita al cristianesimo. Suo padre l'ha minacciata di cacciarla dalla famiglia e si è opposto al matrimonio col nigerino. Nel frattempo Karima ha dovuto abbandonare l'associazione, perché erano finiti i finanziamenti. Ha chiesto perdono al padre, che l'ha accettata in famiglia, purché non tenesse con lei la figlia e sposasse un suo amico anziano. Lei era disposta a farlo per preservare la sua dignità, ma doveva sottoporsi ad escissione prima del matrimonio. Karima aveva paura dell'escissione e non l'ha fatta, pensando che il vecchio l'avrebbe rifiutata, ma è rimasta incinta una seconda volta. Suo padre l'ha picchiata e lei ha perso il bambino. In seguito le donne anziane le hanno operato l'escissione e lei ha sofferto enormemente. Ha denunciato suo padre alla polizia, che è stato arrestato, ma poi è uscito su cauzione. Il nigerino è scappato nel suo paese, perché suo padre poteva ucciderlo, non si poteva contare sulla giustizia. Karima è scappata con la figlia, ma suo padre ha incaricato alcuni giovani di trovarla. Grazie all'aiuto di un'amica è riuscita ad affidare la figlia al padre in Niger e a recarsi in Senegal: da qui ha preso un aereo diretto in Italia, dove si è poi spostata a Parma, seguendo il consiglio di un senegalese. Oggi Karima, grazie alle opportunità messe a disposizione dal Progetto Fer, ha imparato l'italiano e ha trovato un lavoro temporaneo in una cooperativa della città.

Fonte:

[http://www.gazzettadiparma.it/primapagina/dettaglio/10/43780/Karima_e_le_altre%3A_giovani_rifugiate_raccontano_le_loro_storie_di_\(non_ordinaria\)_violenza.html](http://www.gazzettadiparma.it/primapagina/dettaglio/10/43780/Karima_e_le_altre%3A_giovani_rifugiate_raccontano_le_loro_storie_di_(non_ordinaria)_violenza.html) - 15.06.2010

La Caritas esorta a una maggiore difesa delle donne rifugiate

Sono più esposte alla violenza, denuncia

Tre milioni. Tante sono le donne rifugiate a lungo termine nel mondo, ha ricordato la Caritas in questa domenica in cui si celebra la Giornata Mondiale del Rifugiato.

Le donne rifugiate, spiega l'organizzazione, "sono particolarmente vulnerabili ad abusi dei diritti umani nel caso in cui siano costrette ad abbandonare le proprie case per lunghi periodi".

Di fronte a questo, la comunità internazionale "può fare di meglio per difenderle dalla violenza".

"La comunità internazionale deve mostrare la volontà politica di assicurare una difesa come garantita nei trattati internazionali", ha dichiarato Martina Liebsch, direttore delle Politiche di Caritas Internationalis.

Attualmente nel mondo ci sono più di 10 milioni di rifugiati. Circa i due terzi sono vittime di crisi di 5 anni o più lunghe.

Le donne fuggono spesso da conflitti in Paesi come la Colombia, il Sudan, l'Iraq e l'Afghanistan,

vivendo il più delle volte in luoghi insicuri come campi improvvisati senza protezione.

“In questi campi le donne possono diventare vittime di violenza”, ha detto Martina Liebsch. “Sono più vulnerabili agli attacchi perché devono spesso uscire dal campo per far fronte alle necessità fondamentali delle famiglie, come procurarsi legna per il fuoco e acqua”.

Per questo motivo, per la Caritas è essenziale garantire una migliore sicurezza nei campi e favorire le donne al momento di riferire atti di violenza per avere accesso alle procedure giudiziarie.

“I programmi di sussistenza per le donne sono un fattore chiave”, ha aggiunto la Liebsch. “Se si dà a una donna la capacità di provvedere a sé e alla

propria famiglia in un ambiente sicuro, non sarà costretta a correre rischi fuori dal campo”.

L'esperienza pratica della Caritas nei campi di rifugiati del Benin, nell'Africa occidentale, mostra che fornire ruoli di leadership alle donne migliora la loro sicurezza.

“Il modo migliore per fornire sicurezza è risolvere le crisi perché i rifugiati possano tornare a casa”, ha concluso la Liebsch. “Le alternative sono sostenere l'integrazione nella comunità ospite o il reinserimento in un altro Paese”, favorendo l'acquisizione di capacità “perché la gente possa crearsi una nuova vita”.

Fonte: <http://www.zenit.org/article-22931?l=italian> - 20.06.2010

Storie di rifugiate, degne di un film horror

Donne somale raccontano in una lettera ripresa dalla BBC le infinite e terribili violenze alle quali sono continuamente sottoposte.

Stupri, matrimoni forzati, decapitazioni; è questa la realtà che le donne somale si trovano ad affrontare da quando i miliziani islamici hanno invaso il loro paese, una realtà che conoscono in pochi e che alcune rifugiate somale hanno descritto in una lettera ripresa dalla BBC.

Non sono direttamente le donne a scrivere, ma un rifugiato che sa l'inglese; non mettono i loro nomi, perché hanno paura di ripercussioni sulle famiglie ancora in Somalia; in ogni caso i loro racconti sono degni di un film horror.

“Vivevo con mia zia nel quartiere Afgooye nella regione della Bassa Shabelle quando un signore della guerra ha assaltato la nostra casa per sposarmi con la forza“. Racconta una delle donne. La zia ha cercato di proteggerla dall'uomo, ma lui l'ha uccisa. Nemmeno rifugiarsi dal suo vicino di casa è servito: l'uomo l'ha raggiunta e ha ucciso tutti. Fortunatamente la donna è riuscita a scappare, sfidando il pericoloso viaggio attraverso il Golfo di Aden per raggiungere lo Yemen.

“Le donne non possono muoversi o stare fuori. Non riescono nemmeno a camminare con il loro fratello“, dice un operatore umanitario che agisce in quelle zone - nemmeno lui utilizza il suo nome -. “Le donne non sposate sono costrette a sposarsi e se si rifiutano vengono etichettate come non-musulmane. Molti genitori scelgono di mandare le loro ragazze via con parenti e amici in modo che non siano costrette a sposarsi o a essere violentate. Abbiamo notizie di donne che hanno rifiutato un matrimonio forzato, e la cui testa decapitata è poi stata inviata al loro padre“.

E' la fuga l'unica speranza: nel primo semestre di quest'anno l'agenzia dell'ONU per i rifugiati, l'UNHCR, stima 200.000 somali fuggiti dalle loro case, quelli con meno soldi, che spesso hanno perso tutto, fuggono nello Yemen.

“Hanno colpito [mio marito] e volevano violentarmi di fronte a lui. Ha cercato di proteggere me, ma purtroppo lo hanno ucciso con un grosso coltello“. Racconta una delle donne scappate nello Yemen a bordo di un autobus sgangherato da Mogadiscio a Bossasso, il porto dei pirati sulla costa settentrionale della Somalia.

La donna era scappata con le due figlie, ma dopo poche ore di vaiggio in mare, la barca era restata a secco di benzina. La barca cominciò ad oscillante e gli squali ci nuotavano intorno. La gente ha iniziato a litigare perché erano spaventati. E i contrabbandieri hanno cominciato a picchiarli e gettarli in mare“. Le bambine si erano svegliate e piangevano, assetate, affamate e impaurite dagli adulti che le circondavano. “Non riesco a calmare le mie figlie, ma i contrabbandieri mi intimarono farle tacere” ricorda la donna. “Allora le hanno strappate via da me e le hanno gettate in mare. Non avevo nessuna possibilità di riprendere le mie bambine e così le ho viste morire in mare. Sono impazzita“.

Le storie sono tremende, ci si chiede come si possa sopravvivere a tutto ciò; queste donne ci sono riuscite, il minimo che noi possiamo fare è far vivere le loro voci, perché tutti sappiano cosa succede in questi paesi dimenticati da Dio, nella speranza che qualcuno si decida a fare qualcosa.

Fonte: <http://www.noidonne.org/blog.php?ID=01152> - 2010

PORTUGUÊS

Casa de acolhida fornece moradia para refugiadas em São Paulo

Mulheres de dezenas de nacionalidades recebem abrigo, aprendem português e fazem curso profissionalizante para se adaptarem à vida no Brasil

*Por Carolina Montenegro**

O quarto simples acomoda três camas. No canto esquerdo um armário e uma televisão. Dormem ali três moças; uma espanhola, uma sul-africana e uma malaia. Há alguns meses, este é o lar delas e de mais 31 mulheres refugiadas e estrangeiras egressas do sistema Penitenciário.

“Conversamos em português e quando fica complicado falamos em inglês”, conta a jovem espanhola de cabelos curtos escuros, que faz aulas de português duas vezes por semana. A maioria das refugiadas é da África, mas também há colombianas e asiáticas.

A Casa de Acolhida Nossa Senhora Aparecida, no centro de São Paulo, já abrigou em três anos de funcionamento mulheres de quase 70 nacionalidades diferentes. “E por mais incrível que pareça, o idioma é o que menos importa, o mais importante é a acolhida”, afirma Maria Vitória Paiva, coordenadora do projeto.

“Como o espaço recebe mulheres do mundo todo, elas acabam conversando em inglês, ou traduzem um pouco do francês para aquela que não fala português ou elas até usam mímica para se comunicar”, explica.

Antes o casarão centenário abrigava um pensionato para jovens. A ideia de transformar o local em uma casa de acolhida para refugiadas e egressas partiu de Maria Vitória, que trabalha há décadas com a defesa dos direitos das mulheres, e foi bem aceita pela congregação de São Vicente Pallotti, proprietária da casa.

As mulheres que recebem abrigo podem trazer seus filhos para morar junto e dividem as tarefas de limpeza e cozinha da casa. “Cada uma lava sua própria roupa e cuida do seu quarto e todas nos revezamos para cozinhar”, diz uma sul-africana, hóspede da casa por quatro meses.

Ela conta os dias para voltar a ver os quatro filhos em Johannesburgo. Está em liberdade condicional até fevereiro, depois de ter ficado três anos presa no Brasil, cumprindo pena por tráfico de drogas. “Sem um endereço eu não teria recebido autorização para sair da prisão”, acrescenta.

O abrigo possui lavanderia, capela, sala de estar e espaço para oficinas de artesanato, aulas de dança, corte e costura, terapia comunitária e atendimento psicológico. As bolsas e roupas que são produzidas na casa são vendidas em bazares e aos fins de semana, quando acontecem as visitas de amigos, são organizados eventos culturais, feijoadas e saraus.

“As parcerias com outras ONGs são fundamentais, aqui fornecemos teto e alimentação. Em outras instituições parceiras, as refugiadas fazem cursos profissionalizante e de línguas”, afirma a coordenadora do projeto. A ideia é fornecer segurança e moradia para essas mulheres se adaptarem no Brasil.

Quando elas conseguem emprego e podem pagar seu próprio aluguel elas estão prontas para deixar a casa. Em média, a estadia aqui dura de três a seis meses.

O espaço é o único de São Paulo que fornece este tipo de acolhida para mulheres refugiadas. A casa é mantida pela congregação e recebe doações da comunidade. “Estamos buscando mais incentivos e apoio para expandirmos nosso atendimento, se conseguirmos beliches para os quartos, poderíamos aceitar o dobro de mulheres”, afirma Maria Vitória.

Fonte: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2009/06/08/casa-de-acolhida-fornece-moradia-para-refugiadas-em-sao-paulo/> - 08.06.2009

Mulheres e homens violados ao serem expulsos de Angola para a República Democrática do Congo

Denúncia feita pelas Nações Unidas

Jorge Heitor

Mais de 700 mulheres, homens e crianças foram violados nos últimos meses ao serem expulsos de Angola para a República Democrática do Congo (RDC), comunicaram ontem as Nações Unidas.

Uma mulher morreu no hospital devido aos ferimentos sofridos na altura da violação, segundo a organização não governamental italiana Comissão Internacional para o Desenvolvimento dos Povos (CISP), citada pelo Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários, da ONU (OCHA).

Cerca de 7.000 pessoas chegaram nos últimos dois meses à RDC (ex-Zaire), depois de terem sido expulsas de Angola, que as acusava de imigração ilegal, para um país que hoje completa 35 anos de independência, proclamada em clima de guerra civil, que opunha o MPLA a outras duas formações políticas, a UNITA e a FNLA.

Margot Wallström, representante especial do secretário-geral Ban Ki-moon para a violência sexual durante conflitos, pediu esta semana às autoridades angolanas e congolezas que investiguem as notícias das mulheres que, em grande número, têm sido violadas ao serem expulsas de um país que se considera em franca expansão económica mas que não as quer.

“Espero que as autoridades de Angola e da RDC respeitem os direitos humanos e façam tudo o que estiver ao seu alcance para evitar os abusos de toda a espécie durante quaisquer outras expulsões que venham a ocorrer”, declarou a política e diplomata sueca, antiga comissária europeia das Relações Institucionais, que chegou a ser o primeiro dos cinco vice-presidentes da Comissão Barroso.

Mesmo sem haver indícios claros de onde é que os abusos se verificaram e de quem é que os cometeu, Wallström considerou ser da maior importância que o assunto continue a ser devidamente investigado e os responsáveis apresentados à justiça pelas autoridades de aqueles países africanos.

Já depois de ela ter falado, outras fontes, nomeadamente organizações não governamentais, vieram especificar não terem sido exclusivamente mulheres, mas também homens e crianças, as vítimas de abusos sexuais na altura da expulsão de Angola para províncias congolezas como o Kassai Ocidental e Bandudu, que ficam acima da região diamantífera das Lundas.

Um grupo de inquérito constituído tanto por funcionários das Nações Unidas como das ONGs encontra-se de visita àquelas zonas da RDC, um dos dois países do mundo com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo o outro o Zimbábue.

“Estas acusações de abusos devem ser urgentemente esclarecidas”, afirmou a baronesa britânica Valerie Amos, subsecretária-geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e coordenadora das ajudas de emergência a prestar pela organização.

Já em Outubro do ano passado, Angola e a RDC tinham expulso dezenas de milhares de pessoas, nos dois sentidos; e muitas delas ficaram perdidas nas regiões fronteiriças, sem alimentação nem abrigo.

Fonte: http://www.publico.pt/Mundo/mulheres-e-homens-violados-ao-serem-expulsos-de-angola-para-a-republica-democratica-do-congo_1465518 - 11.11.2010

Documentário ajuda mulheres a enfrentar a violência sexual na Colômbia

Quase a metade das famílias deslocadas na Colômbia é comandada por mulheres, e são elas que normalmente começam a gerar renda após o deslocamento forçado. Mas as mulheres deslocadas também são as mais expostas à violência sexual e de género, o que também é uma causa de deslocamento. (Foto: M.H.Verney/ACNUR)

Em busca de uma nova vida, mulheres que foram forçadas a se deslocar por causa do conflito colombiano se unem em Chocó, na costa pacífica do país, para relatar a decisão de enfrentar a violência sexual e o maltrato. Os relatos estão reunidos no documentário “Chocó”, que fala sobre a violência sexual em situações de deslocamento forçado, em uma região colombiana onde o

governo já registrou 60.922 pessoas deslocadas entre 2003 e 2009

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) está apoiando a iniciativa “como parte de um trabalho constante de acompanhamento das comunidades afro-colombianas, indígenas e mestiças para a prevenção e proteção relacionada à violência sexual que esta população enfrenta dentro de suas próprias casas e comunidades, como resultado de ações de grupos armados que usam a violência sexual como arma de guerra” afirma José Egas, chefe do escritório do ACNUR em Quibdó, que cobre esta área da Colômbia.

As mulheres deslocadas estão ainda mais expostas à violência sexual e de género que a média das mulheres colombianas. Uma entre cada seis

mulheres deslocadas já foi forçada a ter relações sexuais, e uma entre cada seis das que já foram agredidas sexualmente manifestou que essa foi a causa do deslocamento, segundo um relatório da Defensoria Pública divulgado em 2008.

“A violência sexual contra as mulheres deslocadas também é mais visível”, explica Yiján Palacios, uma líder comunitária afro-colombiana que durante anos tem capacitado outras mulheres a reconhecer, enfrentar e prevenir a violência sexual. “Quando a família se muda, a mulher e o homem ficam submetidos a altíssimas incertezas que geram tensão. E ao perder seus vínculos sociais, a mulher não tem a quem pedir ajuda e já não tem uma posição a sustentar. Se não grita, ninguém irá ajudá-la”, afirma Palacios.

Esta situação perversa, ao tornar-se visível, permite ser abordada. Neste sentido, o documentário é parte de um conjunto de iniciativas para prevenir e colocar fim à violência de gênero que afeta as mulheres deslocadas.

As “protagonistas” do documentário serão vinte mulheres chefes de família e seus familiares, cada uma com câmera de vídeo, contando seus problemas. Durante 13 capítulos, elas mostrarão uma realidade até agora invisível para a sociedade, e a forma como elas mesmas e as mulheres ao seu redor buscam a solução de conflitos próprios da violência de gênero dentro da comunidade. Elas serão o primeiro público do produto final, que não busca refletir um evento íntimo e particular, mas uma voz coletiva.

De acordo com Yiján Palacios, “um elemento chave para a violência é a troca de papéis, porque gera muita insegurança nos homens”. “Quando as mulheres começam a gerar renda, os homens muitas vezes se opõem porque estamos acostumados que sejam eles os que saem de casa para trabalhar, e que as mulheres fiquem cuidando dos filhos”, analisa a líder comunitária. “Eles se sentem muito inseguros e isso muitas vezes gera violência, começando pela violência verbal que causa muitos danos”, completa Palacios.

Como já foi dito, o documentário é parte de um conjunto mais amplo de iniciativas: outras são uma animação de vídeo em 3D para a prevenção e proteção de casos de violência sexual baseada em gênero, um almanaque comunitário para a difusão das normas sobre deslocamento, enfoque diferencial e violência de gênero, e um manual para a capacitação institucional sobre como dar atenção aos casos de violência sexual e de gênero.

Os materiais foram elaborados por representantes das próprias comunidades, evitando palavras e conceitos complexos e uma abordagem caricatural das populações. Novas cartilhas para capacitação contra a violência de gênero, desenhadas especificamente para comunidades indígenas, estão em processo dentro de um trabalho conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA).

“Todas estas ferramentas estão sendo usadas em processo de fortalecimento comunitário e institucional, e tem incluído resultados tangíveis como o processo de reativação e/ou formação de Comitês de Violência Sexual interinstitucionais, Comitês de Gênero com organizações de população deslocada e organizações étnico-territoriais e diversas capacitações e cursos de formação com comunidades, instituições, grupos de jovens e de mulheres e população deslocada, entre outros”, menciona José Egas.

“É muito importante como se está trabalhando a organização das mulheres. Com o tempo, temos visto que é muito mais fácil fazer coisas se são várias mulheres ao mesmo tempo ao invés de uma única mulher. E também temos visto que, uma vez que os homens veem que se trata de um processo, muitas vezes redescobrem suas próprias mulheres, passam a vê-las com outros olhos, e as apóiam” conclui Palacios.

Francesca Fontanini de Bogotá e José Egas de Quibdó, Colombia

Fonte: <http://refunitebrasil.wordpress.com/2010/10/18/documentario-ajuda-mulheres-a-enfrentar-a-violencia-sexual-na-colombia/> - 18.10.2010

Mulheres chefes de família recebem apoios no Bié

Mais de 140 mulheres chefes de família e seus dependentes, regressados dos campos de refugiados de países vizinhos e deslocados internos que escolheram o Andulo para se fixar, receberam diversos meios para o fomento da agricultura, orçados em 112.150 dólares.

Do referido valor, 85.605 dólares foram financiados pelo Governo do Japão e 26.545 pela Associação

Samuel Brace Coles, cabendo ao Governo angolano o fornecimento de sementes, fertilizantes e assistência técnica.

Segundo o relatório da Associação Samuel Brace Coles, o projecto tem vindo a ser implementado na sede do município do Andulo e na comuna de Chivaúlo desde 2009, com vista ao desenvolvimento de agricultura sustentável, para

mulheres dos campos de refugiados e deslocados internos.

O documento refere que durante a implementação do projecto agrícola foram organizadas cooperativas de camponesas, foi dada formação aos seus membros e distribuídas parcelas de terra a mulheres chefes de família, viúvas e órfãos.

A criação de pequenas indústrias, alfabetização e educação para a saúde preventiva, o associativismo e o cooperativismo foram, entre outras, actividades realizadas nas localidades abrangidas pelo projecto.

O relatório refere ainda que durante a implementação do projecto, cada membro da associação ou cooperativa recebeu enxadas, catanas, sementes de milho, feijão, ginguba, batata rena e hortícolas diversos e foram lavrados um total de 69 hectares de terra.

Fórum da mulher rural

Entretanto, a direcção provincial da Família e Promoção da Mulher promoveu, na segunda-feira, no Cuito, o VI Fórum Provincial da Mulher Rural, para analisar o estado de evolução da micro-finança, no período 2008/2010.

O encontro teve ainda como objectivo a preparação do VI Fórum Nacional da Mulher Rural, a realizar-se em Outubro de 2011, visando a abordagem de temáticas sobre questões de apoderamento da mulher e desenvolvimento local, bem como a conclusão das discussões e recolha de contribuições no âmbito da proposta do plano de acção nacional.

O estado de evolução da micro-finança no período 2008/2010 a nível da província, o número de

beneficiários agregados por sexo, avaliação do impacto a nível das comunidades e perspectivas, de forma a que a província represente condignamente as mulheres rurais locais no referido fórum, foram outras questões abordadas na reunião.

No encontro, que se realizou sob o lema “Investir na mulher rural, para desenvolver as suas comunidades”, os participantes debruçaram-se sobre questões de género, associativismo e participação da mulher rural, os valores culturais e a promoção da igualdade de género.

“O acesso aos serviços sociais básicos”, “A educação, saúde reprodutiva, água e saneamento”, “O acesso aos recursos, terra e tecnologias”, “Crédito e microcrédito”, “Produção, comercialização e transformação”, “Produção agrícola familiar”, “Perspectivas de transportação e conservação”, constam dos temas debatidos no encontro. Os participantes recomendaram ao governo da província a criação de uma estrutura que possa acompanhar tanto a criação como o desenvolvimento de associações onde as mulheres possam ser inseridas.

O aumento do rendimento familiar, acesso ao crédito à população de baixo rendimento, a promoção da inserção social e económica rentável sustentável sem exclusões e o melhoramento das vias para o escoamento de produtos do campo para a cidade são também recomendações saídas do VI fórum, promovido pela direcção provincial da DIFAMU, no Bié.

Fonte:

http://jornaldeangola.sapo.ao/14/9/mulheres_chefes_de_familia_recebem_apoios_no_bie - 15.10.2010

Do tráfico ao reassentamento: A história de uma mãe somali e sua filha

Rocco Nuri

Um gesto generoso de uma mulher somali foi retribuído anos depois no Iêmen com o sequestro de sua filha adolescente. Foi o pior momento na história de dor de Khadija*.

Então, sua sorte mudou drasticamente. Ela foi reunida com sua filha Khadra* e, por recomendação do ACNUR, foi aceite para o reassentamento no norte da Europa. Além do mais, em um julgamento marcante, sua antiga amiga e dois cúmplices foram julgados e condenados a 10 anos de prisão por tráfico de pessoas - a indústria criminosa que mais cresce rapidamente no mundo.

Este primeiro tipo de caso no Iêmen poderia representar um importante precedente. Mas a filha

de Khadija conseguiu escapar relativamente ilesa. Milhões de pessoas, incluindo refugiados, são pegos em redes de tráfico e muitos são explorados e sujeitos a encarceramento, estupro, escravidão sexual, prostituição, trabalho forçado, remoção de órgãos para transplante, tortura física e psicológica e outros tipos de abuso. Crianças e adolescentes são os mais vulneráveis.

“Minha vida tem sido marcada por várias dificuldades,” disse Khadija ao ACNUR. Por metade de sua vida, sua nativa Somália tem sido devastada pela violência, deixando dezenas de milhares de mortos e centenas de milhares de deslocados à força. Seu próprio casamento acabou por causa de um conflito entre clãs, o que a

obrigou a apanhar um barco de contrabandistas para procurar segurança do outro lado do Golfo de Áden, no Iêmen.

“Eu suportei o trauma de fugir de meu país [em 1999] e deixar minha mãe e filha para trás”, Khadija relembrou. “Eu aguentei viver na pobreza no Iêmen”. Em 2002, ela voltou à Somália para buscar sua filha.

Três anos antes de tornar-se uma refugiada, enquanto tocava uma mercearia em Bossaso, no norte da Somália, ela teve seu primeiro encontro com Fatima*, a refugiada etíope que a teria traído tempos depois.

“Eu estava atendendo alguns clientes, um dia, quando ouvi uma mulher pedir ajuda na arte de trás da minha loja. Eu corri para fora da loja”, Khadija disse, acrescentando que ela encontrou Fátima no chão tentando se defender de um agressor. “Eu comecei a gritar com o estuprador com todas as minhas forças. Eventualmente, ele fugiu”.

Khadija, cuja filha tinha dois anos de idade, acolheu Fátima em sua casa. “Ela costumava me chamar de mãe e era assim que eu me sentia em relação à ela. Ela viveu debaixo do meu teto até que se casou, em 1998, e perdemos contato”.

Seus caminhos cruzaram-se novamente em Setembro do ano passado em Áden. “Eu me surpreendi em ver quão bem ela estava. Ela tinha uma casa de quatro quartos e três empregadas”, ela disse, acrescentando que quando Fátima ofereceu à sua filha Khadra um emprego, “pensei que era um gesto gentil para retribuir minha generosidade”.

Mas, aproximadamente três semanas depois, Khadija chocou-se ao receber uma ligação de Fátima que a sua filha seria despedida. “Embora eu não tivesse entendido os motivos dessa decisão, eu não fiz objeções. Eu fui buscar minha filha e seus pertences pela tarde”, Khadija disse. No dia seguinte Khadra foi visitar alguns amigos, mas nunca voltou para casa.

Depois de uma noite sem dormir, Khadija foi para a casa de Fátima procurar Khadra. “Fátima fingiu não saber nada sobre o desaparecimento de minha filha. Mas eu sabia que estava mentindo, porque vi um saco plástico com as roupas de minha filha”, ela declarou.

A polícia disse não ter evidências suficientes para agir, mas Khadija não desistiu. Ela descobriu que

sua filha estava presa na província de Shabwa, no Yemen, por alguém que traficava jovens africanas através da fronteira da Arábia Saudita, onde eram forçadas a trabalho doméstico ou escravidão sexual.

“Quando liguei para pedir minha filha de volta, ele pediu US\$250. Numa segunda ligação, ele quis US\$1.000”, Khadija revelou, acrescentando: “Eu não podia pagar.” Khadija decidiu que se ela queria salvar sua filha, ela precisava de ajuda – ela buscou a polícia. As autoridades em Shabwa prenderam dois homens que negociaram com Khadija a libertação de Khadra. A polícia em Áden, enquanto isso, buscou Fátima.

Foi uma manobra arriscada, pois Khadra ainda estava prisioneira. Alguns dias depois, Khadija recebeu uma ligação de sua filha, implorando que liberasse Fátima e seus cúmplices. Um homem interrompeu a ligação e falou que ela deveria ajudar se quisesse ver sua filha novamente.

Mas no lugar de assustar Khadija, as ameaças a convenceram que “a única garantia da vida de minha filha era ter esses três criminosos na prisão... Eu nunca perdi esperança. Algo me dizia que minha filha estava viva.”

Então, um dia em Fevereiro deste ano, de repente, ela recebeu uma ligação da Somália. “Era minha filha. Ela disse que havia sido presa por autoridades sauditas e deportada para Mogadishu”. Pela segunda vez, ela retornou à Somália para buscar sua filha. Logo após, o ACNUR recomendou ela e sua filha para o reassentamento.

Khadija estava em êxtase com a notícia, mas ela precisava que a situação chegasse ao fim. “Eu sentia que não poderia viver em paz até que os criminosos que sequestraram minha filha fossem julgados”, ela explicou. O ACNUR concordou que Khadija e sua filha deixassem o país para tentar uma nova vida na Europa uma semana depois que uma corte no Áden sentenciou Fátima e seus cúmplices a 10 anos de prisão e uma compensação de US\$ 3.000. “Hoje eu sinto que posso pensar no futuro de minha filha e em um novo lar”.

**Nomes modificados para proteção dos envolvidos*

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/do-traffic-ao-reassentamento-a-historia-de-uma-mae-somali-e-sua-filha/> - 20.10.2010

Educando Hassina: grandes sonhos em uma modesta sala de aula

Karen Ringuette

Nascida em um campo de refugiados ao leste do Sudão, com pais que perderam tudo quando deixaram sua casa na Eritreia, Hassina poderia ter perdido as esperanças. Em vez disso, ela resolveu explorar seu potencial ao máximo: recentemente, ela se formou como melhor aluna entre estudantes de 17 escolas primárias e ganhou uma bolsa do ACNUR para frequentar a melhor escola de ensino médio da região.

Mais de 10.000 crianças refugiadas, vivendo em 12 campos, frequentam escolas primárias financiadas pelo ACNUR no leste do Sudão. As escolas vão do primeiro ao nono ano e são administradas pela Comissão para Refugiados do Sudão.

Criar, manter e melhorar escolas para um número tão grande de crianças seria um grande desafio em qualquer contexto, mas especialmente em um campo de refugiados. “O orçamento do ACNUR cobre primariamente as necessidades básicas da educação primária, desde o fornecimento de materiais até a construção da escola,” disse Elsa Bokhre, Oficial de Serviços Comunitários do ACNUR. “Nós criamos salas de aula temporárias, que permitiram outras 500 crianças de seis a oito anos irem à escola, no ano passado. Nós também treinamos os professores. Desde 2005 temos distribuído bolsas que até agora ajudaram 160 estudantes refugiados, em sua maioria garotas, a frequentar a escola secundária.”

Mulheres e idosos vivendo em campos citam com frequência a educação como a maior prioridade para suas comunidades, e crianças refugiadas já se mostraram especialmente motivadas a aprender e capazes de superar obstáculos. Frequentemente, são ministradas aulas na sombra de uma árvore e o dever de casa, feito à luz de uma lanterna.

Hassan Idris Ahmed é um professor sênior na escola primária que Hassina frequentava no campo

de refugiados de Shagarab. Sua escola é uma das três que atendem mais de 1.000 estudantes.

Durante os dez anos que tem trabalhado na escola, Hassam diz ter testemunhado mudanças positivas de atitude em relação à educação e sua habilidade de mudar vidas. “Educação tem mudado a atitude, em especial o entendimento dos refugiados em relação à saúde e à higiene,” disse. “Os alunos aprendem sobre isso na escola e são orientados a levar esse conhecimento para casa e dividi-lo com suas famílias.”

De acordo com Hassan, entre as áreas em que melhoras ainda são necessários está disponibilidade de livros para cada aluno; a capacidade das famílias muito pobres de pagar pelos uniformes escolares; além de outro item que muitos considerariam necessidade básica em um país onde a temperatura com frequência atinge 50°C: “Eu sonho em ter um resfriador de água movido à energia solar na escola,” ele disse.

Frequentar as Escolas Alhewa para Garotas significa que Hassina deve agora viver com familiares nos subúrbios de Kassala, a principal cidade ao leste do Sudão, enquanto sua família continua vivendo no campo de Shagarab a uma hora e meia de distância.

Apesar da distância, a influência familiar ainda está presente. “Mesmo quando eu era bem pequena a escola já era importante para mim. Meu pai me apoiou e incentivou todo esse tempo. Ele continua oferecendo seu apoio e me liga para saber como estou indo,” declarou Hassina, que sonha em estudar medicina para prover cuidados médicos à sua comunidade.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/educando-hassina-grandes-sonhos-em-uma-modesta-sala-de-aula/> - 27.10.2010

Haiti: mulheres deslocadas participam de projeto de trabalho comunitário

Passados mais de dois meses depois do terremoto que arrasou grandes áreas do Haiti, pelo menos 1,9 milhão de sobreviventes continuam deslocados. Cerca de 1,3 milhões de homens, mulheres e crianças estão vivendo em assentamentos e campos improvisados na capital, Porto Príncipe, e arredores. Há, ainda, mais de 600 mil pessoas, embora menos lembradas, em iguais condições, que fugiram da zona do terremoto para província vizinhas.

Cerca de 8 mil sobreviventes do terremoto buscaram refúgio em Fond-Verrettes, uma comunidade rural isolada, incrustada nas montanhas haitianas ao sul do país, já na fronteira

com a República Dominicana. A população local tem recebido parentes próximos e distantes, amigos e conhecidos vindos da capital, apesar das dificuldades causadas pelo aumento do número de pessoas que dividem as habitações.

Os moradores de Fonds-Verrettes sofrem com a pobreza persistente desde antes do terremoto. Muitas famílias não têm condições de enviar os filhos à escola. Ainda assim, o pouco de que dispõem é compartilhado sem hesitação.

Sem oportunidades de emprego e poucas opções de socialização que poderiam aliviar as feridas psicológicas dos deslocados, o ACNUR inaugurou um projeto comunitário de costuraria para

mulheres. Esse projeto tem por objetivo fazer com que as mulheres deslocadas e os que as acolheram possam ter uma fonte renda, fortalecendo, assim, o apoio mútuo.

A agência de refugiados da ONU enviou 8 máquinas de costura e uma ajuda em dinheiro para os materiais necessários para a Oganizasyon Fanm Solidè Fonvèrèt, uma cooperativa feminina em Fonds-Verrettes. O projeto qualificará o grupo, que já congrega mais de 140 membros locais, a treinar dezenas de mulheres deslocadas para se tornarem costureiras. A cooperativa venderá a produção para uma rede de comerciantes estabelecidos nas comunidades vizinhas.

A cooperativa de costura proporciona um ambiente seguro e agradável no qual mulheres deslocadas podem socializar e se recupera dos efeitos do terremoto. De acordo com Olga Jean Polynice, coordenadora local do projeto, “a iniciativa não é tão somente dar às mulheres a oportunidade de ganhar algum dinheiro. É também a criação de uma comunidade que congregue mulheres deslocadas, dando-lhes condição para apoiarem umas as outras nas conseqüências dos traumas a que estiveram expostas”.

Marie-Justine Romelus, de 24 anos, encontrou a segurança que precisava junto aos seus parentes em Fonds-Verrettes depois que sua casa foi destruída pelo terremoto em Porto Príncipe. Apesar de não saber costurar, ela aceitou a oportunidade que a cooperativa oferece.

A sua nova vizinha, Sonia Chery, também deslocada de Porto Príncipe, participará também.

“Ela tem experiência na confecção de vestidos e terá condições de voltar ao seu ramo de trabalho novamente”, afirmou Marie-Justine. “Ela vai ajudar mulheres como eu a aprender uma nova habilidade que, por fim, me ajudará”.

O projeto de costura complementa a distribuição de donativos, tais como lençóis de cama, sabão, lanternas, utensílios de cozinha e baldes nas comunidades rurais, feitas pelo ACNUR em parceria com autoridades municipais e locais e que vem beneficiando mais de 20 mil deslocados e famílias acolhedoras na zona de fronteira haitiana.

“A maior atenção tem sido dada para a obtenção de ajuda que pode salvar vidas em Porto Príncipe. No entanto, na zona rural os recursos locais têm sido severamente racionados”, afirmou o líder do grupo do ACNUR, Gonzalo Vargas Llosa. “Se as comunidades rurais não receberem ajuda para lidar com as dezenas de milhares de novas chegadas, a maioria dos deslocados terá que retornar a Porto Príncipe. Caso ocorra, piorará a situação nos campos e assentamentos, o que colocará mais crianças e mulheres em risco”.

Dependendo do apoio dos doadores, o ACNUR planeja implementar um programa de projetos ainda mais ambicioso nas províncias, visando beneficiar os que foram deslocados pelo terremoto e as comunidades rurais que os receberam.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/haiti-mulheres-deslocadas-participam-de-projeto-de-trabalho-comunitario/> - 25.03.2010

ENGLISH

Appeals Case Gives Hope to Guatemalan Refugees

A Guatemalan woman's asylum case could add being female to the list of other reasons--such as race, religion, nationhood or politics--for being granted freedom from persecution in the U.S. Thousands of refugee applicants have a stake in the decision.

Persecution for race, religion, nationality, political opinion or social group have all provided grounds for winning U.S. asylum.

But not persecution for being a girl or a woman.

"We have a legal definition of refugees that has been interpreted in a way that has really left women out," said Karen Musalo, director of the Center for Gender and Refugee Studies at University of California Hastings' College of Law.

That could change, however, with the case of women resisting compulsory return to Guatemala,

the country in Latin America with the highest rate of femicide.

The U.S. Board of Immigration Appeals is now reviewing the case of Lesly Yajayra Perdomo, a 34-year-old woman who has been seeking refugee status for six years. At the same time, it is also considering whether Guatemalan women between the ages of 14 and 40 could be classified as a particular social group for granting asylum.

If the board rules yes, approximately 3,000 Guatemalan women presently facing deportation in the U.S. could be eligible for refugee status, if they

successfully make the case that returning to Guatemala could mean death.

"There are many Guatemalan women in the U.S. who were victims of violence in Guatemala or, like Perdomo, who would face extreme danger if forced to return to Guatemala. This decision would provide an important tool for these women," said Kelsey Alford-Jones, program associate of the Guatemala Human Rights Commission.

Awaiting Board Action

The board has yet to take any action on Perdomo's case, her attorney, Alan Hutchinson, told Women's eNews.

Regardless of the outcome, Perdomo's case has already created U.S. official recognition of the extreme violence Guatemalan women are experiencing at an escalating rate.

Nearly 5,000 women have been murdered in Guatemala in the past decade; slightly more than 2 percent of these cases led to successful prosecutions, according to the Center for Refugee Studies, based in San Francisco.

Approximately 120 femicides were reported in Guatemala in 1990, and the cases have continuously spiked from then. The Survivor's Foundation, based in Guatemala City, estimates in 2008 there were 649 femicides, which increased to 729 killings in 2009.

Women's rights organizations and other nongovernmental groups in Guatemala first tuned in to the crisis in the mid-1990s, when gangs carved messages to each other in the bodies of decapitated women.

Drug-cartel gangs' intensifying presence is partially to blame for the escalation of femicides since then, says Glenda Garcia of the Myrna Mack Foundation, a Guatemala City-based human rights organization. Guatemala's generally weakened political and judicial state are also factors.

Perdomo's Journey

Female Refugees in Vermont Lead as Breadwinners

Female refugees take many paths to a Vermont resettlement program. But a drive to support their families--sometimes with the first paid employment of their lives--buoys many along, often more successfully than male counterparts.

These days Hsar Ra Bin Ji chats breezily about the difficult times she's survived. The 22-year-old refugee from Myanmar, formerly known as Burma, fled her homeland in 2001 and spent her teen years in a western Thailand refugee camp.

Perdomo left Guatemala City in 1991 at age 15 to join her mother in the United States.

Now living in Reno, Nev., she no longer has family or ties in Guatemala.

Her outsider status could make her more susceptible to attacks if she returns to Guatemala, her attorney Hutchinson said.

"Murders of women continue to increase because the law isn't applied," said Irma Chacon, shelter coordinator of the Survivor's Foundation, referring to the country's 2008 milestone law giving first-time recognition to femicide as a punishable crime. "Misogynistic behaviors are difficult for some courts to understand, even in some cases where a woman receives 30 shots. They cannot process the hate implied in that."

The Survivor's Foundation provides legal and psychological support to gender-based violence victims and families of femicide victims. It has handled a record-breaking 435-femicide cases so far this year. The organization is regularly threatened to stop its work and operates a 16-member armed security team to keep watch over its office, provide shelter for victims and witnesses and follow and guard its staff members.

While nearly 40 percent of violence against women occurs at home, women are also routinely harassed, assaulted and killed by co-workers in factories and offices after they rebuff their sexual advances or end a relationship, the group says.

Regardless of the outcome of the U.S. case, the Myrna Mack Foundation's Garcia said asylum is not the long-term solution.

"As a long-term solution, asylum is not a real option," she said, speaking through a translator. "It may provide a good outcome for this woman, but in a deeper sense we need to see better results and to urge the Guatemalan justice system to be more effective."

Fonte: <http://www.womensenews.org/story/in-the-courts/101001/appeals-case-gives-hope-guatemalan-refugees> - 03.10.2010

"The regime troops would go to houses in the villages and if there was a head male in the household they would recruit him and if not, they would collect fees," Ji said. "My father had passed away and it became too much money for us to pay the fees. So we left."

But she seems stumped when asked to explain why she decided to join this remote resettlement program, even after her husband had second thoughts about moving so far away and withdrew his application.

"I don't know what to say," Ji said softly in Burmese, speaking through a translator. "This is just something that I had to do. There was nothing left for me or for my daughter in that camp."

In March Ji arrived here at the Vermont Refugee Resettlement Program. By late June she'd began her current job of cleaning rooms in a nearby motel at minimum wage, earning just over \$8 an hour.

The program is operated by the U.S. Committee for Refugees and Immigrants, a nonprofit agency based in Arlington, Va. It was launched in 1980, the same year the U.S. Refugee Act became federal law and permitted the admission of refugees on humanitarian grounds.

The Vermont program annually accepts approximately 350 people—roughly half of them women—from various conflict-ridden countries in Africa and Asia.

Surmounting Twin Challenges

The population constitutes a sliver of the 80,000 refugees the United States is expected to admit in 2010. But it's a standout for helping women navigate what Claudia Connor, director of the International Rescue Committee's U.S. resettlement program, calls the twin challenges of education and employment.

The hallmark of the Vermont program, which arranges rental apartments and housing for its clients in downtown Burlington and accessible surrounding towns, is a 450-strong force of volunteers who facilitate outreach with local employers and community organizations.

The program aims to link employable participants to jobs and financial independence within eight months.

That feat might seem particularly difficult for the women who arrive with no paid-work experience, but volunteer Laurie Stavrand says the adjustment can actually be harder for men who leave jobs they liked and are suffering a loss of status in a new country where they can't speak the language.

"For a lot of women, this can be their first opportunity to work outside the home and they are not mourning the loss of a job that they never had," said Stavrand. "It's a clean slate and they are very enthusiastic and willing to try whatever it takes to support their families."

The program's executive director Judy Scott agrees. "It happens quite a bit more frequently with

men that after a few days on a new job they say, 'I just can't do this. This is impossible.' They have their identities wrapped up in their jobs and when that is taken away, that can be so painful they cannot adjust. A woman who did not work before just sees it as a key to a better life."

That was the case for Ji, who never worked before she became a housekeeper at the motel. It's "OK" that language barriers prevent her from communicating with her boss or co-workers, she says. Life is busy and she's glad to send money to her husband, who now regrets his decision to stay behind.

Huge Career Setback for Others

For some, such as 40-year-old Monica (not her real name), however, resettlement can mean a huge career setback.

She and her family fled political turmoil in their native South Asian country, where a death threat forced them to flee quickly, "like electricity." She left a prestigious job, domestic help and friends. Now her polished English is helping her make friends in Vermont, but her high-level degree and work experience aren't helping her job search.

Both Monica and her husband were both "at the top of the ladder," but she was the one who jumped "to the bottom rung" and took the first job that arose in a medical facility, she said, declining to elaborate further. She supported the family for three months so her husband could stay home and look for a better position.

"It's a big step down for both of us, but as a woman I thought it would be easier for me to take the position than to ask him to," the mother of three said. "Some days I think, 'Oh boy, what am I doing here?' But then I think, 'No. I have a job. I should just be thankful for that.'"

Devi Chapagai, a Bhutanese refugee of Nepali ethnicity, is also in the program, which linked her husband, who holds a master's degree, to a bagel shop that hired him as an apprentice. Once he was earning money, Chapagai returned to school and became a licensed nurse assistant. That brings in "much more than a housekeeper would," she said.

Drawing on Past Experiences

Three other Bhutanese women in the program are striving to develop a small organic farm, drawing on their families' farming days in the mountains of Bhutan, before the government started in the late 1980s expelling approximately 100,000 ethnic Nepali.

"We never thought we would come here to the U.S. and leave the camp, forget farming," said 50-year-

old Bhadri Adhikari, who like many others spent 17 years in a refugee camp in Nepal. She spoke through a Nepali translator. "I would like a full-time job, to help out however I can, but we are safe. That is the most important thing."

Other middle-aged women, also eager for work, dominate the English classes the program runs at a local reform synagogue. At a recent lunch break this summer some of them could be seen tucking back their saris and squatting on the curb.

Life tougher for refugee single mums

Refugee single mothers face many more challenges in adapting to their new home than married refugee women and are overcoming great obstacles for the benefit of their children, a Queensland University of Technology (QUT) researcher said.

PhD social work and human services researcher Caroline Lenette said refugee single mothers were a minority within a minority.

"They face discrimination both because of their cultural background and because of their single motherhood status," Ms Lenette said.

"This discrimination as single parents comes from both within their own communities and from the broader Australian community."

Ms Lenette said challenges for refugee single mothers included learning English, lacking a relative to teach them how to drive a car and getting a job, which were compounded by the multiple responsibilities involved with being a single parent and the social stigmas associated with single motherhood.

She conducted several in depth interviews with eight women and focussed on the complex and multifaceted circumstances of four single mothers,

Iran civil rights activist could face 'honour killing' if deported from UK

Bitra Ghaedi fled from Iran to escape forced marriage

Fears of 'honour killing' from own family or state execution

An Iranian civil rights activist who is due to be deported from the UK tomorrow could face the death penalty and fears being murdered by her family in an "honour killing" if she is sent back to Iran, according to her British partner.

Bitra Ghaedi, 34, fled Iran to the UK in 2005 to escape a forced marriage and in fear of her family discovering she had a secret lover. She has since

One of them summed up why they were all there.

"No class, no English, no job, no money," one woman from Bhutan said, surrounded by companions. She raised her hands in the air and drew sympathetic laughter from all sides.

Fonte:

<http://www.womensenews.org/story/immigration/100903/female-refugees-in-vermont-lead-breadwinners?page=0.0> - 06.09.2010

spending time in their family homes and becoming familiar with their struggles and successes.

The women were aged between their mid-twenties to fifties and were sole carers for between one and seven children. They came from several African countries, including Burundi, Sudan and Democratic Republic of Congo.

"Being isolated in a new country with little support impacts on single mothers' mental health," Ms Lenette said.

"But having spent several years waiting to come to Australia, the feeling can be bittersweet.

"They may feel depressed about living in Australia while also recognising this is a good place to raise their children."

Ms Lenette said refugee single mothers managed to accomplish a range of positive outcomes, including securing ongoing employment and undertaking tertiary studies, despite significant obstacles they encountered during resettlement.

She said an understanding of the challenges faced by refugee single women meant support organisations could tailor programs to their needs.

Fonte:

<http://www.healthcanal.com/life-style-fitness/11752-Life-tougher-for-refugee-single-mums.html> - 19.10.2010

spoken out against sharia law, forced marriage and human rights abuses in her homeland and has been filmed criticising the regime for TV channels widely available across the Middle East. She is currently in Yarl's Wood detention centre awaiting deportation, which is scheduled for 7pm tomorrow following the failure of a fresh asylum claim.

Her partner, Mohsen Zadshir, from Barnet, a member of the Iranian opposition who gained political asylum in 1999, said that if deported, her life is "finished".

Ghaedi has transgressed the strict traditional code under which Iranian women are supposed to adhere. Not only has she brought "shame" on her family by having a relationship with a man who was not her husband, but she has participated in the anti-government protests which have grown more vociferous after the disputed 2009 presidential election result. Each of these transgressions would be enough to put her life in danger if she is deported, according to Zadshir, a former Iranian politician who is now a British citizen.

Zadshir said: "Her life depends on a click on the internet. If they click on Iran, they can find out about her protests outside the Iranian embassy and her association with the PMOI (People's Mujahedin of Iran, which is opposed to the Iranian regime) and her photograph will be displayed. After the last election they announced that everyone who had any connection with the PMOI was 'mohareb' which means fighting against God and the sentence is death."

He said the Iranian government could arrest her immediately, because she had been out of the country without the permission of her husband or father. In Iran adultery is punishable by stoning and "honour killings" are common.

"If she wasn't arrested, she could be killed by her family in an honour killing," said Zadshir. "She has brought 'shame' on them by leaving her husband."

Ghaedi told IKWRO, a charity campaigning against honour killings among Kurdish and Iranian women: "It is frightful to live in Iran for any female. There is not any law, organisation or community which supports them and it is a nightmare for me to think about my father, brother and my husband. I am sure it is benevolent, advisable and godly for them to kill me if I won't be arrested."

Today her lawyer received a letter from the Home Office which states: "We do not accept that your client has provided any evidence to show that her life will be at risk on her return to Iran."

It argues that Ghaedi failed to bring up her part in anti-government protests until she was arrested and detained in May 2009, and concluded that the evidence submitted "did not provide any evidence to show that the Iranian authorities will have any interest in your client on her removal to Iran either because of her alleged adulterous relationship or because of her involvement in anti-regime protest."

It refers to a film which Ghaedi took part in about forced marriages which her lawyer argues will be shown on Al Jazeera and that will bring further "shame" on her family's honour, but it concludes: "However, no dates have been provided to show ... that the programme will be published before Ms Ghaedi's removal."

Dave Vasoodaven, of solicitors Gulbenkian Andonian, said he found it incomprehensible that the Home Office has stated that Ghaedi is not at risk.

He said: "She has opposed the Iranian regime, she has spoken out about sharia law, and about forced marriage. We have a lot of evidence to show that the Iranian regime would by now know about her activities. As soon as she arrives she is going to be arrested. I do not foresee any result other than her death."

Vasoodaven has issued a high court injunction to halt her deportation and is awaiting the result.

In recent weeks many Iranians outside the country have reported receiving threats in person or by telephone.

Demonstrators at a protest against violations in Iran held in 2009 in the UK outside Amnesty International's offices told the organisation that unknown people whom they believed to be members of Iranian intelligence forces attended the protest and made threatening comments to some of them.

Iranians who have fled Iran since the election and are seeking asylum have also told Amnesty International that people they suspect to be Iranian security officials have approached them and made comments in Persian such as "Don't think you're safe here".

Fonte: <http://www.guardian.co.uk/uk/2010/may/04/iran-civil-rights-activist-honour-killing> - 04.05.2010

Women fast-tracked to asylum denial

Hundreds of refugee women are being shoved through a system where they don't have enough time to make a proper case

The UK Border Agency has published a report today showing that targets to speed up the asylum procedure are unachievable. The chief inspector,

John Vine, said that the agency deals with vulnerable people and "we should remember that, first and foremost, this is about people's lives".

But how do hundreds of women, including vulnerable ones with complex cases, end up in a Kafkaesque procedure known as the detained fast track (DFT) which is designed for straightforward cases with a quick resolution?

That's the question posed in a new report by Human Rights Watch published this week, *Fast-Tracked Unfairness: Detention and Denial of Women Asylum Seekers in the UK*.

Our research has shown that women with complex asylum claims – often based on family violence, rape or trafficking – are now being shunted through this fast-track system, even though their cases are inherently not capable of quick resolution.

Women such as Fatima H from Pakistan, who says her locally powerful husband, a man with close links to the police, subjected her to a sustained regime of domestic violence from which she had no way of escaping locally. Or Xiuxiu L from China, who says she was trafficked into the UK after being held as a sex slave for five years. Or Aabida M from Algeria, who said her affair outside of marriage led to threats from her family to kill her.

Once a woman is in the DFT system the odds are stacked against her. She is taken to Yarl's Wood and one or two days later interviewed for asylum. If refused – and in 2008 (the most recent full year figures available) 96% of claims were refused at first instance – she has two days in which to appeal. The appeal is then heard within 11 days. From start to finish the whole process takes two weeks. This gives insufficient time to assemble evidence or get expert opinions to support a claim. In 2008, 91% of appeals were rejected.

The Home Office claims that the statistics show that the system is working. Around a quarter of cases put into DFT are removed from it before the initial decision. Officials say that only cases capable of quick resolution pass through DFT. But solicitors and NGOs that provide legal representation say that re-routing back to the standard asylum system is usually due to quick intervention on their part and that many complex cases remain in DFT.

Human Rights Watch did not set out to assess whether Fatima, Xiuxiu, Aabida (not their real names) and other women in DFT should be granted asylum. We consider only whether their

claims should have been put into the DFT procedure in the first place – and whether DFT gives them a decent chance to make their case. What many of these women have in common is that their claims are inherently complicated, involving their own states' failure to protect them from gender-based violence and abuse. Organisations that provide services to refugee women estimate that more than half of all women seeking asylum in the UK are survivors of sexual violence.

That the trauma of rape can inhibit women from seeking help is recognised by the UK's courts – but an asylum-seeker is expected to open up immediately to total strangers about her experiences. If she delays it may be too late. And she has to do this while in detention, quite probably to a legal representative she has only spoken to briefly over the phone and a case officer she might view as hostile. Cases like this cannot be processed at breakneck speed. The UKBA has guidelines about complex gender-related cases – but these appear to be applied inconsistently.

None of this should be news to the UKBA and the Home Office. In August 2006 the Home Office's own asylum quality team reported that the referral mechanism to DFT was not "sufficiently robust or substantive enough to properly identify complex gender-related claims".

In March 2008 UNHCR told the Home Office that DFT decisions often "fail to engage with the merits of the claim" and expressed concern about the speed of the process. In May 2009 the House of Commons home affairs committee said the government's aims of deterring fraudulent applications may disadvantage the often severely traumatised victims of trafficking.

By the end of 2011 UKBA aims to conclude 90% of new asylum cases within six months of application. But it is neither reasonable nor in accordance with the UK's obligations under international refugee law to seek to achieve this target by dint of using an inherently unfair procedure. The correct test of an asylum system is that those in need of protection receive it, not the speed with which they are rejected.

Fonte: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/feb/26/asylum-fast-tracked-women-refugees> - 26.02.2010

Women seeking asylum: shame and isolation

"I'd prefer, rather than going to a detention centre ... to be in prison for the rest of my life," said Cecilia. Debora Singer works with women seeking asylum in the UK and argues that it is high time that the gender sensitive culture developed for women in the criminal justice system is transferred into the asylum system.

Rani escaped Sri Lanka after her husband was murdered and she was raped by soldiers. She told me that at her asylum interview in the UK “I was happy with a lady interviewer but not a male translator. ... Because he was a man I felt ashamed. If it was a woman I would have said more.” Contrast this with a woman who goes to report a rape to the police - she can ask for a female police officer to be present at her interview and will be supported by a specially trained officer throughout the police investigation and at any subsequent trial.

The past ten years have transformed the way the UK criminal justice system deals with domestic and sexual violence. A number of criminal justice reforms have been introduced, designed to improve the investigation and prosecution of rape and domestic violence cases, to prevent police, prosecutors and judges from using dubious stereotypes relating to a woman’s credibility, and to provide increased levels of support to female victims of such crimes. While not offering a panacea, there is little doubt that these reforms have brought some benefits.

However, there is a marked disparity between the experiences of female victims of sexual and domestic violence going through the criminal justice process in the UK, and that of women asylum seekers who have experienced the same crimes going through the asylum process. Whilst the purposes of the two processes are not the same – one is to investigate a crime and the other is to determine refugee status – the sensitivities required are similar. To rectify this disparity, the gender sensitive culture developed for women in the criminal justice system needs to be transferred into the asylum system.

Cecilia had the misfortune to spend time both in prison and in an asylum detention centre. When I asked her the difference between them, her answer shocked me. “I’d prefer, rather than going to a detention centre ... to be in prison for the rest of my life.” She talked about male staff at Yarl’s Wood Immigration Removal Centre appearing unannounced, entering her room and searching through her possessions including her underwear. Having herself experienced rape in Cameroon, this was particularly frightening. In prison a search was always undertaken by a female prison officer and always after she had been warned that this would take place. In fact UK prison policy states that there should be at least 60% female staff in a women’s prison because “women who have been abused by men may feel safer in a predominantly female environment.” No such policy exists in detention centres for women such as Yarl’s Wood.

At another detention centre, Tinsley House near Gatwick Airport, there is room for 116 men and five women. With such a disproportionate number of females to males, women feel intimidated, scared and isolated. Quite often a woman can be the only female detainee. Women would never be placed in a men’s prison in this way. Asylum seekers have committed no crime and, I would argue, should not even be in detention. Yet the conditions Cecilia describes in Yarl’s Wood and those in Tinsley House don’t even match up to the standards required for women’s prisons.

The cross-government’s strategy “Together We Can End Violence Against Women and Girls” lists the many reforms brought in through the criminal justice system. The new policies are still not implemented as consistently as we would all like. But no one can say there has not been progress and at least their failures are noticed. These reforms cover the majority of the 100 page document whilst the section on women asylum seekers covers less than a page (paras 56-58) and includes no plans for future action.

So what’s stopping the UK Border Agency from undergoing a similar culture change? For a woman in the asylum determination system, the immigration officials have to find out the evidence to determine her refugee status, just as the police and prosecution have to obtain the “best evidence” from a woman complainant of rape. A woman in a detention centre needs the same sensitivity as a woman in prison.

Firstly, I believe the UK Border Agency needs to acknowledge that there is a problem – a serious, ingrained, cultural problem. Secondly, the UK Border Agency needs to accept and understand that it’s in its interests to tackle that problem. A truly gender sensitive asylum system will be an efficient system; a system that’s discriminatory and insensitive will never be fair, credible or efficient.

Since June 2008, over two hundred organisations have endorsed the Charter of Rights of Women Seeking Asylum, including Amnesty International UK, Liberty, Oxfam and Rape Crisis. A new campaign under the Charter, entitled ‘Every Single Woman’, highlights the fact that the criminal justice system has at least 26 laws or policies on working with women victims of crime, whilst the UK Border Agency has just two policies on working with women asylum applicants. The Every Single Woman campaign recommends that:

- Women asylum seekers who have experienced rape or domestic violence etc, should receive a comparable standard of treatment throughout the UK asylum system to women victims of rape or domestic violence in the criminal justice system

•Women asylum seekers detained in Immigration Removal Centres should receive, at a minimum, a comparable standard of treatment and facilities to women in prisons in the UK

A change of culture designed to produce a genuinely gender sensitive asylum system is urgently needed to ensure that women asylum seekers receive a comparable standard of treatment to women in similar situations who are settled in the UK. There is no need to reinvent the wheel; lessons can be learned from the criminal justice system.

Since the Every Single Woman campaign was launched in December 2009, there has been a very positive response (most notably in the appointment of a member of the senior management team as the “gender champion”) from the UK Border Agency, in terms of engagement on both strategic and operational issues. Yet the notion that gender-sensitivity needs to go across institutions, that the legislation, both national and international, concerning women’s rights does cover every Government department has still not been grasped. The UK Border Agency is keen to celebrate the

progress it is making (jointly with ngos like Asylum Aid) in relation to addressing gender issues in the asylum system. But this is against a background of continuing hunger strikes at Yarl’s Wood IRC by women detained because of their immigration status. So far the official line given out by Meg Hillier, Parliamentary Under-Secretary for the Home Office has been to blame the women. It accuses them of lying and, by implication, of ‘asking for it’ by coming here and seeking sanctuary. The hunger strike isn’t an isolated event. Just last month Human Rights Watch published a report which echoed UNHCR’s findings that women who have experienced gender persecution should not be detained in a fast track asylum procedure because of the complexity of their claims. It is only three months since the Government published its integrated strategy to end violence against women and girls. For the UK Border Agency to develop a genuinely gender-sensitive culture it needs to fully understand what this means and to have the full support of the Government behind it.

Fonte: <http://www.opendemocracy.net/5050/debora-singer/women-seeking-asylum-shame-and-isolation> - 22.03.2010

Kenya: Police Abuse Somali Refugees

Government, UN, Donors Should Address Widespread Violence, Degrading Detention, Extortion, and Policing Failures

Kenyan police at the Somali border and in nearby refugee camps are abusing asylum seekers and refugees fleeing war-torn Somalia, Human Rights Watch said in a report released today. Kenya should immediately rein in its abusive police, and the UN refugee agency should step up its monitoring of the situation and press for an end to the abuses, Human Rights Watch said.

Based on interviews with over 100 refugees, the 99-page report, “Welcome to Kenya’: Police Abuse of Somali Refugees,” documents widespread police extortion of asylum seekers trying to reach three camps near the Kenyan town of Dadaab, the world’s largest refugee settlement. Police use violence, arbitrary arrest, unlawful detention in inhuman and degrading conditions, threats of deportation, and wrongful prosecution for “unlawful presence” to extort money from the new arrivals - men, women, and children alike. In some cases, police also rape women. In early 2010 alone, hundreds, and possibly thousands, of Somalis unable to pay extortion demands were sent back to Somalia, in flagrant violation of Kenyan and international law.

“People fleeing the mayhem in Somalia, the vast majority women and children, are welcomed to

Kenya with rape, whippings, beatings, detention, extortion, and summary deportation,” said Gerry Simpson, refugee researcher for Human Rights Watch and principal author of the report. “Once in the camps, some refugees face more police violence and the police turn a blind eye to sexual violence by other refugees and local Kenyans.”

Dozens of asylum seekers from among the estimated 40,000 Somalis who crossed Kenya’s officially closed border near the camps in the first four months of 2010 told Human Rights Watch that police ignored their pleas for free passage from the border. Instead, the police demanded money and deported or detained, beat, and falsely charged them with unlawful presence if they could not pay. A Kenyan refugee aid worker described the police operation between the border and Garissa, the provincial capital, as “one big money-making machine.”

“Welcome to Kenya” also documents how the threat of police interception and related abuses forces most asylum seekers to travel toward the camps on small paths away from the main road. There they are also vulnerable to attacks from common criminals, who prey upon them, raping women and stealing the little money they have.

Once in the camps, refugees continue to face police violence, according to the report. Police have failed to prevent, investigate, and prosecute sexual violence against refugee women and girls in the camps by other refugees and Kenyans, creating a culture of impunity and increasing the risk of sexual violence.

The report also examines Kenya's illegal policy of prohibiting the vast majority of refugees registered in the camps from travelling to other parts of Kenya, unless they have special permission for reasons such as medical appointments or education in Nairobi. Under international law, Kenya must justify any such prohibition as the least restrictive measure necessary to protect national security, public order, or public health, which it has failed to do. In 2009, the authorities allowed only 6,000 of Dadaab's almost 300,000 refugees to travel outside the squalid and overcrowded camps.

The report documents how police arrest refugees travelling without - and increasingly those with - government-issued "movement passes," extort money from them, and sometimes take them to court in Garissa, where they are fined or sent to prison.

"Welcome to Kenya" contends that the organized nature of the police's extortion racket and abuses - extending almost 200 kilometers from the border town of Liboi through the town of Dadaab to Garissa - is the direct result of Kenya's three-year-old decision to close the border. Human Rights Watch said that the related closing of a refugee transit center in Liboi, 15 kilometers from the border and 80 kilometers from the camps, has only made matters worse.

Before it closed, the Liboi transit center was a safe place where the vast majority of Somali asylum seekers first sought refuge in Kenya and from which the UN refugee agency, the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), transported them to the camps. Without the center, an estimated 300,000 Somalis fleeing their country to Kenya since January 2007 - half of whom have gone to the camps - have had to use smugglers to cross the border. The police take advantage of the clandestine nature of their journey, falsely accusing them of unlawfully entering Kenya and threatening arrest if they don't pay money the police demand.

Under Kenya's Refugee Act, all asylum seekers have 30 days after entering Kenya to travel to the nearest refugee authorities to register as refugees, regardless of how or where they entered the country. But the police routinely ignore this right. Echoing Human Rights Watch's recommendations to the Kenyan authorities in a March 2009 report, "From Horror to Hopelessness," the new report reiterates its call on the authorities to open a new

center in Liboi where newly arrived asylum seekers can be screened and from which they can be safely transported to the camps.

"For more than three years the closed border has benefitted no one except corrupt police officers and has led to untold abuses against hundreds, if not thousands, of asylum seekers," Simpson said. "Kenya needs to guarantee safe passage and protection to Somalia's vulnerable refugees."

The Kenyan government has real security concerns relating to the Somali conflict, but its anti-Somali political rhetoric has only reinforced the abusive police behavior, Human Rights Watch said. Asylum seekers say that police accuse them of belonging to the Somali insurgent group Al-Shabaab or to Al Qaeda, or of being "terrorists" before - in some cases - forcing them back to Somalia. Based on eight cases involving the forced return to Somalia of 152 people that Human Rights Watch documented during its research in March 2010, Human Rights Watch believes it is likely that police have returned hundreds, if not thousands, of Somalis to their country in early 2010 alone.

International law prohibits the forcible return of refugees to persecution, torture or situations of generalized violence. Although Kenya has the right to prevent certain people from entering or remaining in Kenya - including those reasonably regarded as a threat to its national security, such as al-Shabaab members - it may not close its borders to asylum seekers. International law also forbids the authorities from deporting asylum seekers back to Somalia without first allowing them to apply for asylum.

"The police say they are protecting Kenya from terrorists and are enforcing immigration laws when they stop refugees," Simpson said. "But the fact that they extort Somalis to pay their way through checkpoints and out of police custody suggests more concern for lining their pockets than protecting their borders."

The report calls on the UN refugee agency to improve its monitoring and advocacy with the authorities and to make more frequent visits to police stations near the border, the town of Dadaab and Garissa.

With regard to sexual violence, victims told Human Rights Watch that the police either ignore their complaints, tell them to produce evidence, or abruptly drop the cases without explanation. In the rare event that police arrest alleged attackers, the suspects are usually released within hours or days, with little hope for further questioning or accountability. Many women believe their alleged attackers successfully bribe the police to drop investigations or to let the suspects go.

Human Rights Watch said that despite some improvements since the early 1990s, the government's response to sexual violence in the camps fails because there are too few police in the camps with skills to investigate these crimes and because there is inadequate supervision of police handling of these cases.

"Nearly two decades into their existence, the camps remain a place where justice for rape

victims is the exception and impunity for perpetrators the rule," said Meghan Rhoad, researcher with Human Rights Watch's Women's Rights Division, who wrote the section of the report on sexual violence. "The refugee women and girls who bravely come forward and report sexual violence to the police deserve better."

Fonte: <http://www.hrw.org/en/news/2010/06/09/kenya-police-abuse-somali-refugees> - 17.06.2010

ESPAÑOL

Desfavorables condiciones para mujeres migrantes en el mundo

Estado de la población mundial 2010, informe UNFPA

Guadalupe Cruz Jaimés

Las mujeres constituyen el 47 por ciento de los 40 millones de personas que en el mundo, son desplazadas internamente en sus países, o viven como refugiadas en otra nación, y quienes además de enfrentar un mayor riesgo de violencia física o sexual, son quienes tienen menor acceso a los servicios de salud materna.

De acuerdo con el informe "Estado de la población mundial 2010", elaborado por el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), las comunidades que acogen a las migrantes deben brindar servicios de salud materna de calidad, y a un costo accesible, pues si no lo hacen traería costos públicos y sociales a largo plazo.

Esta realidad, es ignorada por las naciones de destino, y las mujeres que se ven obligadas a migrar, o que lo hacen en situación irregular, viven una "vulnerabilidad exacerbada, hasta niveles inaceptables, debido a la falta de servicios, en particular, de salud materna e infantil", precisa Ndioro Ndiaye, director de la Organización Internacional de las Migraciones (OIM), citado en el informe del UNFPA.

La falta de acceso a los servicios de salud materna e infantil conduce a situaciones de riesgo para la vida de las mujeres y de sus hijas e hijos. Las y los niños que no recibieron atención prenatal son más susceptibles al alumbramiento prematuro, y a trastornos de crecimiento y desarrollo.

Además, si no se atiende la salud materna de las mujeres migrantes se "puede perpetuar la mala salud de las comunidades migrantes, lo que a la larga, sobrecarga los sistemas de salud en los países de acogida", advierte el informe del UNFPA.

Según estudios recientes realizados en países europeos, la situación migratoria irregular de las mujeres, además de agravar el riesgo de que

sufran violencia física y sexual, reduce su acceso a la atención materna e infantil.

El panorama empeora porque las migrantes en esa circunstancia tienen más probabilidades de tener un embarazo no deseado, que el resto de las mujeres debido a que pueden sufrir violencia sexual y porque también carecen de servicios de planificación familiar.

Otra barrera para que las migrantes accedan a los servicios de salud materna, es el temor a la deportación, ya que su prioridad es "permanecer ocultas en la sociedad".

Para quienes son desplazadas internamente en sus países, la distancia de sus refugios a los establecimientos de salud, es el principal obstáculo que bloquea su acceso a servicios de salud materna, sobre todo en zonas rurales.

En Delta del Mekong, Zimbabwe e Irak, con 2.8 millones de personas desplazadas internamente, las largas distancias de los centros de salud privan a muchas mujeres de asistencia pre y posnatal, lo que redundará en una mayor mortalidad materna e infantil.

De igual modo, la falta de información acerca de su derecho a la salud, así como la falta de conciencia, de quienes trabajan en esos lugares sobre su obligación de brindarles atención, puede impedir que sean atendidas.

En el desfavorecedor escenario global de salud materna de las migrantes, una de las soluciones es ampliar los conocimientos de partería y de salud de la comunidad en poblaciones migrantes, lo que ayudaría a detectar problemáticas reales y potenciales de salud para que las mujeres sean trasladadas a clínicas u hospitales a donde sean atendidas por personal médico.

Fonte: <http://www.cimacnoticias.com/site/10102604-Desfavorables-condi.44789.0.html> - 26.10.2010

Mujeres refugiadas en el Ecuador son maltratadas, según informe de ONU

El informe de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) sobre el Estado de Población Mundial 2010 alerta al mundo de las condiciones precarias en las que se desenvuelven las mujeres y niñas refugiadas que viven en Ecuador.

Según el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur), el conflicto interno colombiano genera que los pobladores crucen la frontera hacia Ecuador y busquen refugio.

De esa población que llega al país, el 50% son mujeres y niñas que huyen de la violencia armada, pero al cruzar la frontera se encuentran con un doble problema: sufren maltratos físicos y son obligadas a ejercer actividades sexuales en contra de su voluntad.

De acuerdo al Acnur, en el país están registradas 52.000 personas que provienen de Colombia, la mitad son mujeres.

Deborah Elizondo, representante de Acnur en Ecuador, indicó que las mujeres refugiadas sufren además violencia doméstica, de género, intrafamiliar e incluso son víctimas de expresiones xenófobas de autoridades locales que impiden que las mujeres puedan tener una vida “normal” en este lado de la frontera.

Eso ha provocado que muchas de ellas no logren rentar vivienda y no puedan desarrollar negocios propios para sacar adelante a sus familias.

Rosa López, presidenta del Frente de Mujeres de Sucumbíos, aseguró que en su organización existen mujeres colombianas a quienes brindan capacitación y apoyo para que generen negocios, como la venta de comida o la confección de ropa. “A ellas no se las discrimina, se las apoya, porque muchas veces son mujeres solas”, sus esposos murieron o están desaparecidos en Colombia”, dice López.

Después de los anuncios del gobierno colombiano de intensificar el combate armado en contra de las

Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el Acnur identificó que en los últimos meses se ha elevado el número de solicitantes de refugio: 1.000 al día.

Según Jorge Parra, representante en el país del Fondo de Población de Naciones Unidas (Unfpa) en Ecuador, en muchos conflictos se afectan los derechos de las mujeres mediante la violación sexual o la amenaza del contagio con el VIH; los traumas y discapacidades suelen ser la consecuencia. Agrega que se priva a las niñas de sus derechos cuando no pueden ir a la escuela debido a la amenaza de violencia, cuando son secuestradas o cuando las familias se desintegran al huir.

Más datos: De los desplazados

- Encuentro regional

En Quito se realizará el 8 y 9 de noviembre una conferencia regional humanitaria con representantes de 12 países y organismos de la sociedad civil, incluidos los de Colombia, para tratar el tema de los refugiados.

- Territorio

Según la Comisión de Derechos Humanos, se calcula que a los desplazados les robaron 5,5 millones de hectáreas. El Gobierno colombiano se propone devolver 2,5 millones.

- Solicitantes

Del total de refugiados que existe en el país, el 98% son colombianos. En el 2009, las mujeres y la niñas constituían el 47% de los refugiados solicitantes de asilo.

Fonte: <http://www.eluniverso.com/2010/10/22/1/1355/mujeres-refugiadas-ecuador-son-maltratadas-segun-informe-onu.html?p=1354&m=1775> - 22.10.2010

Para evitar violaciones, mujeres y niñas utilizan armas; cientos, las vejaciones en Haití, acusan

Delincuentes escapados de cárceles destruidas por el sismo se agrupan para sus fechorías

Las víctimas no tienen ayuda médica con anticonceptivos de emergencia, antibióticos o antivirales

Cientos de violaciones de mujeres y niñas se han registrado en Haití desde el devastador terremoto del 12 de enero, a tal grado que muchas han tenido que hacerse de armas improvisadas como cuchillos o machetes, mientras otras más se hallan

desesperadas en busca de pantalones de mezclilla como forma de protección o acuden a campamentos exclusivos para mujeres.

Tanto la policía en Puerto Príncipe como organizaciones femeninas y no gubernamentales

han denunciado un creciente número de estos casos de ataques sexuales, que suelen ocurrir sobre todo al caer la noche en los campamentos de refugiados, donde merodean individuos que incluso algunas veces raptan niñas.

El director de la policía local, Mario Andresol, dijo que no hay cifras pero que organizaciones de mujeres han denunciado los hechos y alertado a oficinas de Naciones Unidas en Haití. Añadió que desde el mismo día del sismo, durante el corte de energía eléctrica, "criminales aprovecharon para acosar y violar mujeres y niñas refugiadas en carpas".

Al expresar su inquietud por el recrudecimiento de la inseguridad y la aparición de nuevas formas de violencia, como saqueos y violaciones, señaló que hay unos 7 mil criminales en la calle que escaparon de prisiones que se derrumbaron por el sismo, mientras la policía, de sólo unos 8 mil efectivos, se vio mermada por las bajas en sus filas por lo que apenas puede enfrentar sus responsabilidades.

"La violencia contra las mujeres era un problema en Haití desde antes de esta crisis. Ahora, mujeres y niñas son más vulnerables a los ataques", dijo Sarah Spencer, del Comité Internacional de Rescate, quien llegó a Puerto Príncipe hace dos semanas. Citó que inicialmente la ayuda humanitaria se había enfocado en los alimentos, agua y otros factores, pero sin reparar en la protección de la mujer.

Apuntó que las bandas criminales se han reagrupado, en un medio en que la seguridad es pobre. Por eso la gente duerme asustada en las

calles, y otras quieren salir de los campamentos e ir a otros sitios en busca de más seguridad. Muchas mujeres, dijo, corren mayores riesgos porque perdieron a sus esposos o hermanos.

Añadió que encontró a dos mujeres que buscaban ayuda porque una de ellas había sido violada en la calle una noche antes.

Sin embargo, indicó que las víctimas de violación no han hallado ayuda médica como anticonceptivos de emergencia, antibióticos o retrovirales para evitar embarazos no deseados o enfermedades venéreas porque los centros de salud que antes brindaban atención en la materia resultaron destruidos por el terremoto.

Según organizaciones no gubernamentales y reportes de prensa, las violaciones son situaciones que se han presentado en conflictos y catástrofes anteriores en Ruanda, Bosnia, Colombia o Vargas (Venezuela), como ahora ocurre en Haití, en donde la mayoría de los casos no son denunciados ante el trauma que sufre la víctima.

A lo anterior se suma el hecho de que entre las víctimas también hay temores a represalias o falta de confianza en el sistema judicial, mientras la violencia sexual ha disparado el sida, según los informes de la prensa local.

Fuentes médicas regionales señalaron que es imposible saber cuántas violaciones se han producido desde el sismo hasta la fecha, pero que deben ser cientos, "más que en tiempos normales".

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2010/02/07/index.php?section=mundo&article=023n1mun> - 07.02.2010

Refugio para gais y maltratadas

La Ley de Asilo dio protección a 179 personas en 2009 - España, que introduce la causa de género y orientación sexual, es de los países que menos acoge

Débora se llama Débora desde que tenía 17 años. Odia tanto el "nombre de chico" con el que nació hace 39 años en Honduras que no lo revela ni ante la promesa de no publicarlo. Va contando su historia en el banco de una plaza, a la sombra. Su activismo en Tegucigalpa a favor de los LGTB (lesbianas, gais, trans y bisexuales), el tiro que le pegaron -"gracias a Dios, a orillas del estómago"-, los siete meses presa, la absolución por falta de pruebas... Y se embala. Habla alto y sus gestos femeninos son más ostentosos. De repente, dice: "En mi país no puedes hacer esto, ya estarían rodeándome, insultándome". Débora aterrizó en España en junio de 2008 con un propósito: pedir asilo. Se lo dieron en julio.

La convención de Ginebra de 1951 define a los refugiados como los perseguidos por cinco motivos: ideas políticas, raza, religión, nacionalidad o pertenencia a determinado grupo social. El último se convirtió en una especie de cajón de sastre, donde quizá habría entrado el caso de Débora. La nueva Ley española de Asilo, en vigor desde noviembre, ha sumado dos causas: género y orientación sexual, "algo bastante excepcional" en el panorama legislativo, asegura el secretario general de la Comisión Española de Ayuda al Refugiado (CEAR), Alfredo Abad.

El asilo, que nunca fue uniforme aunque a menudo se crea que es solo político, se diversifica. Imposible saber, no obstante, cuántos extranjeros reciben el estatuto de refugiados -o la protección

para quien no está perseguido pero huye de un conflicto- por una u otra razón. "No se clasifican por motivos. Y a veces se solapan", según fuentes del Ministerio del Interior. El responsable de CEAR añade que "ni siquiera en la comunicación se precisa el motivo".

El perfil de los solicitantes (3.007 en España en 2009) es cambiante "porque el mundo es cambiante", declara Juan Carlos Arnaiz, oficial de protección del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Este organismo es una buena atalaya para observar los cambios porque analiza todas las demandas de asilo presentadas en España (Interior escucha su opinión, no vinculante, sobre cada caso). "Calculo que ahora el 70% de las solicitudes están vinculadas con el género o con minorías sexuales", indica. El asilado que casi todo el mundo tiene en mente, más común hace una década, era el disidente, el sindicalista, el defensor de los derechos humanos. A ellos se han unido homo y transexuales, mujeres maltratadas, forzadas a casarse de niñas... Incluso un subsahariano albino. Abdoulaye Coulibaly, veinteañero maliense, es refugiado desde finales de 2009, tras llegar en cayuco a Tenerife.

Vistas las cifras, es un afortunado porque España está entre los países europeos que menos solicitudes recibe y menos estatutos de asilo concede. El año pasado, lo otorgó a 179 perseguidos. Otras 162 personas recibieron protección subsidiaria. "Nos preocupa que las políticas de control migratorio hayan dejado fuera a posibles solicitantes de asilo", afirma María Serrano, responsable adjunta de Política Interior de Amnistía Internacional. Son cifras tan exiguas que las crisis puntuales dificultan percibir tendencias.

Pero el oficial de protección de ACNUR observa algunas: "En los últimos años ha habido muchas peticiones de mujeres argelinas y marroquíes por violencia intrafamiliar". Algunos casos son bastante claros: "Si su marido es poderoso, un juez, digamos, y no puede denunciarle". O los gais que huyen de Irán, Arabia Saudí o Yemen, de una condena a muerte si les descubren. El iraní Alí (nombre ficticio) llegó a España de carambola. A su arresto en una fiesta clandestina de homosexuales en Teherán le siguieron seis días de malos tratos y amenazas de muerte en comisaría. En cuanto pudo compró un visado en el mercado negro. Era para España. "Él no tenía ni idea de que España protegía a gais y lesbianas, cogió el país que pudo", cuenta su amigo David Cedeño. Allí, que tiene el asilo desde diciembre, sigue con miedo. "Aquí puede ser él mismo. En Irán le hubieran obligado a casarse con una chica",

asegura otro amigo, Pedro Biedma, de la asociación Colega Málaga.

Otros han visto reconocida su condición de refugiados en los tribunales. CEAR destaca las sentencias a favor de dos mujeres. La nigeriana Hajia, a la que casaron y mutilaron, es refugiada gracias al Supremo después de un periplo jurídico de seis años. La argelina Kheira fue obligada a casarse, violada y maltratada por un marido que intentó asesinarla. Le denunció pero fue castigado a multas pequeñas. Hoy es asilada.

También existen solicitudes inconsistentes, como las de decenas de nigerianas que invocan historias clónicas plagadas de inexactitudes, cuenta el oficial de protección Arnaiz. Posiblemente son víctimas de la trata.

A ACNUR le preocupa la calidad del proceso en general. "Cómo se hacen las primeras entrevistas, el trato con los funcionarios, con los abogados. Los expedientes no son todo lo completos ni rigurosos que deberían ser", detalla Arnaiz. Contarle con pelos y señales por qué te persiguen en tu país a un desconocido en una comisaría atestada es arduo. Una situación en la que mujeres y niños son aún más vulnerables. Amnistía pide procedimientos específicos para ellos. Añade Serrano que a AI también le preocupa que la Ley de Asilo excluya a los ciudadanos de la UE -un activista gay polaco o un gitano rumano no pueden pedir protección en la Unión- y que las causas de exclusión hayan aumentado.

Los perseguidos por su religión no son mayoría, pero hay. El representante de ACNUR recuerda: cristianos argelinos conversos, cristianos paquistaníes, chinos de Falung Gong, testigos de Jehová armenios, hindúes de Rusia, protestantes de Eritrea...

El activista gay colombiano Manuel Antonio Velandia sufrió un atentado y huyó cuando amenazaron a su familia. Es refugiado desde abril. "Es un precedente muy importante, permite que otros países avancen", afirma.

Débora, en el proceso de cambiar de sexo, dejó atrás Honduras, "una sociedad machista con costumbres y valores religiosos". Cuando pueda pedirá el pasaporte español porque sin él no puede cambiarse oficialmente de nombre. Y ser solo Débora.

Por qué y cuántos

- La convención de Ginebra de 1951 define a los refugiados como los perseguidos por cinco motivos: raza, religión, nacionalidad, opiniones políticas y pertenencia a un grupo social determinado (causa esta que se ha convertido en una especie de cajón de sastre).

- La nueva Ley de Asilo española, en vigor desde noviembre, sumó expresamente dos motivos a los clásicos: la persecución por género y por orientación sexual. Es una de las primeras legislaciones que incorporan esta novedad.

- Algo más de 377.000 personas pidieron asilo durante 2009 en los 44 países industrializados, incluidos 260.730 en la Unión Europea, cifra que supone un 10% más que el año anterior.

- España recibió el año pasado 3.007 solicitudes de refugio, la cifra más baja desde que empezó el recuento, en 1989. El récord mínimo de concesiones es de 151 asilos en 2008.

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Refugio/gais/maltratadas/elpepisoc/20100927elpepisoc_2/Tes - 27.09.2010

Un refugio del miedo y la vergüenza

Robert Fisk

En Ammán, la capital de Jordania, existe una pequeña casa con soleados patios y árboles; la cocina se encuentra al fondo de un pasillo. Aquí se encuentran mujeres que cubren sus cabezas con pañuelos que explican a las muchachas que acuden al lugar, aterradas por sus vidas y en la desesperación, la forma en que funcionan las leyes jordanas de matrimonio y divorcio.

En esta casa se ocultan los secretos de la sociedad y que no deben contarse: testimonios de mujeres que han sido víctimas del terror y la muerte y que permanecen dentro de las familias, la comunidad y los campos de refugiados. Estas historias no son para los extranjeros occidentales. Sin embargo, Nadia Sharouj, quizá la más extrovertida, valiente e inteligente mujer que ha surgido de esta organización, quiere hablar sobre las 4 mil mujeres que han pasado por el refugio, sobre sus colaboradores, que trabajan a cambio de nada, sobre sus abogados, que luchan por los derechos de las mujeres en las cortes, sobre sus 14 oficinas en el país que tratan de proteger a las mujeres del país de violencia y amenazas de muerte. La de Irbid es la oficina más ocupada, y está cerca de campos de refugiados palestinos.

Justo ahora, ella se enfrenta a una de las maldiciones del abuso marital: mujeres egipcias cortejadas por hombres jordanos en El Cairo. Ellas aceptan casarse con ellos pues los documentos jordanos son más valiosos que un pasaporte egipcio; sólo después se enteran, ya que llegaron a Ammán, que sus esposos son gitanos jordanos.

“Estos hombres no quieren trabajar y esperan que sus mujeres los mantengan bailando en los bares, mediante la prostitución o la mendicidad”, señala Shamrouj, furiosa. “Las mujeres acuden a nosotros en busca de ayuda y la embajada egipcia aquí es muy buena. Encontramos la forma de que se divorcien y las mandamos de vuelta a Egipto”.

Una de las abogadas de la organización fue amenazada por la familia de un gitano jordano que quería conservar a su esposa, mujer que estudiaba

en la universidad de El Cairo y que ha retomado sus estudios para especializarse en leyes con la intención de ayudar a los grupos de asistencia a mujeres. La policía local la acusó de abandonar a su marido. Había nueve mujeres ocultas en el refugio de Shamrouj esta semana, y la mayoría de ellas temían ser asesinadas después de que se les acusó de “crímenes de honor”. La semana anterior había 18. Nadia Shamrouj está radiante mientras me muestra la casa, comprada por la organización de mujeres. Aquí, las mujeres traen a sus hijos para que sus padres puedan verlos, en casos de disputas familiares.

Tres parejas están sentadas bajo un árbol y platican quedo mientras una niña juega en la resbaladilla del jardín. Existe humanidad en este lugar. Hay un café Internet en la primera planta donde se vende chocolate y emparedados. Más adelante, sobre la misma calle, tienen una biblioteca para mujeres y dentro del refugio hay un salón en que se enseña peluquería. Una joven trabajadora camina por los pasillos con un café de la tienda y un expediente. Dos de las refugiadas le sonríen.

“Tratamos de darles capacitación a las mujeres para que puedan ganar dinero y seguir adelante con sus vidas”, señala Shamrouj, y agrega en referencia a la joven: “quizá encontremos empleo para ella. Cuando queríamos abrir el refugio, el gobierno y la policía nos presionaron porque querían tenerlo bajo vigilancia. Querían convertirlo en una cárcel. Pero dijimos que eso no era lo que haríamos”.

Una mujer jordana palestina, que pide no revelar su nombre, habla sobre su feliz matrimonio con su primo, quien abrió varios negocios en Ammán y se volvió próspero. “Cuando un hombre tiene suficiente dinero, quiere más mujeres”, dice con tristeza. Su matrimonio se derrumbó cuando el hombre tomó una segunda esposa, y cuando ésta murió en un accidente automovilístico, una tercera. Es una historia en que figuran disputas familiares, amenazas de muerte y la huida de un hogar.

Tomó un taxi al sur de Aqaba, sola, espantada y con muy poco dinero. El taxista intentó encontrarle un apartamento, pero llegó otro chofer. Me espero otra sórdida historia de traición, pero me equivoco. “Los hombres discutieron sobre mi problema y dijeron: ‘como palestinos debemos ayudarnos’. Me trajeron gratis a Ammán y al refugio. Me quedé 14 días trabajando en la cocina. La organización me ayudó a arreglar mi divorcio y a recuperar a mis hijos. También me ayudaron a instalar una cafetería, además me volví modista y hasta compré un automóvil nuevo. Mi hijo está ahora en sexto grado”. Éxito.

La Unión de Mujeres Jordanas que instaló el refugio comenzó en 1945 y se disolvió 12 años más tarde cuando el rey Hussein impuso la ley marcial. Reanudaron labores en 1974. En 1981, el grupo fue disuelto de nuevo con la misma historia de siempre: una policía sospechosa de las agrupaciones femeninas y un gobierno deseoso de controlar todos los aspectos de la vida social de sus ciudadanos.

“Fuimos a la Suprema Corte y nos dieron derecho de trabajar de nuevo”, dice Shamrouj, una maestra de escuela que ha estudiado leyes. “Nos reconstituimos en 1990, abrimos una línea telefónica de auxilio para mujeres seis años después y comenzamos a funcionar como refugio en 1999. Fue el primer refugio de su tipo en el mundo árabe”.

El personal del refugio hace elecciones para nombrar a sus líderes cada tres años y ha cosechado la admiración de ONG y gobiernos europeos. Reciben donativos de asociaciones de España, Italia, Suecia y Estados Unidos. También recibieron dinero de Gran Bretaña, hasta la invasión a Irak. “El Departamento de Desarrollo Internacional nos ayudaba, pero tras la invasión se decidió que no aceptaríamos dinero británico y le informamos al gobierno de nuestra resolución”,

explica Shamrouj, me parece, no sin experimentar cierto placer.

“El embajador británico aquí nos llamó por teléfono y fuimos a verlo. Dijo que lamentaba nuestra decisión porque mucha gente en su país también estaba contra la guerra. El dijo que a nivel persona, se oponía. Respondimos que no podíamos continuar nuestra relación con Londres después de lo que había hecho”.

Shamrouj organiza seminarios internacionales para trabajadores árabes defensores de derechos humanos. En julio, llegaron a Ammán mujeres provenientes de Bahrein, Líbano, Egipto y los territorios palestinos ocupados, para discutir sobre laicismo, sociedad civil y los derechos humanos de las mujeres en las comunidades islamitas. Ella y sus colegas viajan por el mundo árabe, mantienen contacto con otros refugios e intentan enseñar a las policías locales que su deber es proteger y no juzgar a las mujeres, que deben tratarlas como personas inocentes, y no culpables, que no deben arrestarlas como si fueran criminales ni devolverlas a sus familiares violentos.

En Jordania, el gobierno ha inaugurado su propio refugio y Shamrouj lo aprueba. “Nos enfrentamos a la ley familiar en el mundo árabe: en Líbano, Palestina, Egipto, Jordania, y debemos hacer que impere el derecho civil. Los jueces protestaron. Dijeron que no puede interferirse con la religión. Por eso ahora nos enfocaremos a contactar a la Liga Árabe. Aquí en Jordania hay cristianos al igual que musulmanes, y los cristianos sufren más asesinatos por “honor” per cápita que los musulmanes.

Quizá la mayor parte de la comunidad cristiana en Jordania está formada por refugiados palestinos.

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2010/09/26/index.php?section=mundo&article=030a1mun> - 26.10.2010

Una historia de violencia: refugiadas centroamericanas en México

Casi el 50 por ciento de refugiados en el mundo son mujeres

Guadalupe Cruz Jaimes

Las centroamericanas refugiadas en México comparten historias de violencia sociopolítica en sus países de origen, y de violencia por parte de las autoridades migratorias, de sus esposos y en general, de la sociedad mexicana.

Esa es una de las razones por la cual, pese a ser naturalizadas como mexicanas, se siguen sintiendo extranjeras, ya que su arraigo ha sido coartado por la violencia y la discriminación, señaló a Cimacnoticias Mónica Godoy, coordinadora del

Área de Atención y Servicios (CAS), de Sin Fronteras, en el marco del Día Mundial del Refugiado, que se conmemora el 20 de junio.

Desde su creación, hace ya dos años, Godoy trabaja con el Grupo de autoayuda para mujeres refugiadas y migrantes centroamericanas, integrado por salvadoreñas, guatemaltecas, nicaragüenses, colombianas, chilenas, peruanas, haitianas, hondureñas y congoleñas.

La mayoría de las refugiadas rebasa los 60 años de edad, llegaron a México huyendo de la guerra en sus países. Tal es el caso de la salvadoreña Teresa Carranza, naturalizada mexicana, quien vive en el país, desde hace 25 años.

“Salí de mi país en los años 80, cuando la guerra civil. En ese conflicto encarcelaron a mi hijo mayor, tenía 16 años, lo acusaron de guerrillero. Desde ese momento yo me empecé a unir con las organizaciones que defendían a los presos políticos”, señaló Teresa a Cimacnoticias.

“Por eso tuve que salir de El Salvador, comenzaron a perseguirme, no tenía otra opción para proteger a mis hijos que estaban chiquitos”, añadió.

La salvadoreña llegó a México apoyada por la organización a la que pertenecía. “Me tuve que venir en camión, fingiendo ser comerciante, traía a mi hija de 13 años de edad, a uno de 3 años, y otro de 11 meses”.

En el camino, Teresa, quien se separó de su esposo durante el conflicto debido a que “él luchaba por su familia y yo por el pueblo”, compró unos termos donde les preparaba la leche a sus hijos.

“Viví un mes y 14 días en un hotel de la Ciudad de México, al principio no quería salir, tenía mucho miedo, no conocía nadie, sólo traía la dirección de una organización simpatizante del movimiento disidente en El Salvador”, relató.

Mónica Godoy explicó que las mujeres llegan con una situación de vulnerabilidad muy alta y de mucho dolor, ese dolor no las deja disfrutar, crecer, ni desarrollar sus habilidades, las estanca.

En el mundo se calcula que actualmente hay 16 millones de personas refugiadas, 49 por ciento de ellas son mujeres, según información del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR).

De acuerdo con Sin Fronteras, estas tendencias también aplican para la atención que se brinda a mujeres migrantes, solicitantes de asilo y refugiadas desde la CAS. Las estadísticas muestran que, de enero a septiembre de 2009, el 45.5 por ciento de las personas atendidas por CAS, fueron mujeres.

Con base en su labor, Godoy informó que “casi todas” las migrantes y refugiadas que han atendido en Sin Fronteras “han sido víctimas de violencia por parte de sus parejas, de los papás de sus hijas e hijos, otras fueron víctimas de la guerra, sus hijos fueron asesinados, encarcelados, sus amigos desaparecidos”.

Víctimas o no de violencia sociopolítica en la guerra, “la mayoría han tenido que dar una pelea, primero por salvar sus vidas. y luego para sacar adelante a sus hijas e hijos pequeños”.

Muchas de las migrantes y refugiadas, llegaron a México sin nada, “sin tener con qué alimentar a sus hijos, algunas vivieron en la calle”, señaló Erika Donoso Venegas, terapeuta feminista, que trabaja desde su especialidad con el Grupo de autoayuda para mujeres refugiadas y migrantes centroamericanas.

De esa forma, llegó a México hace 27 años, la mamá de Vilma, una indígena guatemalteca que salió de su país con sus cuatro hijas por el conflicto armado por el que atravesaba esa nación centroamericana, relató la joven que en aquel entonces tenía dos años de edad.

Ella, junto con sus hermanas y su madre, todas hablantes de maya quiché, subsistieron a duras dificultades. “Llegamos solas a Chiapas, mi papá había fallecido, un padre nos ayudó. Fueron tiempos muy difíciles, mi mamá nos cuenta que llegaban alimentos de ACNUR, pero la comida estaba echada a perder”.

“Para mi mamá fue muy difícil comunicarse con las demás personas refugiadas, pero lo logró. Ella vio como nos dio de comer y construyó, como los demás, una casa con palos y madera que encontraban, tuvimos que dormir en el suelo”, señaló Vilma.

En ese tiempo, como ahora, dijo, había mucha discriminación por parte de la sociedad mexicana y de las autoridades migratorias, quienes a la fecha maltratan a las personas inmigrantes.

La joven guatemalteca, que desde hace cuatro años se naturalizó mexicana, considera que el trato que ha recibido por parte del personal del Instituto Nacional de Migración y de la Secretaría de Relaciones Exteriores, ha sido “miserable, humillante, un trato que lastima la dignidad de la gente”.

Al respecto, Mónica Godoy lamentó que “México no ve a sus migrantes como personas con dignidad, menos cuando son mujeres, hay apodos para ellas, muchas veces han trabajado y no les han pagado, y no pueden exigir sus derechos laborales, porque si van ante la autoridad y no tienen documentos las pueden detener”.

Fonte: <http://www.cimacnoticias.com/site/10062101-REPORTAJE-Una-histo.42967.0.html> - 21.06.2010

Violencia sexual, nueva emergencia en los campos de refugiados por el sismo

La prostitución se ha incrementado, señalan organizaciones no gubernamentales

Poco a poco, las mujeres remontan el duro golpe que el terremoto propinó al feminismo

De color lavanda, el color del movimiento de las mujeres de Haití, en los más de mil campamentos-albergue para la población que perdió su techo el día del terremoto circulan tarjetas con la siguiente leyenda:

“¡Si usted o alguien a quien usted conoce ha sufrido una violación, una agresión sexual o algún maltrato, no se sienta culpable! Si usted denuncia los hechos dentro de las 72 horas siguientes, puede salvar su vida. Usted tiene derecho a recibir asistencia confidencial.” Al reverso se pueden leer las coordenadas de 10 centros donde se ofrece asistencia médica y legal.

Las tarjetas, distribuidas masivamente en las últimas semanas, intentan hacer frente a una nueva emergencia dentro del estado de contingencia que prevalece desde hace tres meses: la explosión de casos de violencia sexual contra niñas y jóvenes en los campos de damnificados.

Los expedientes son confidenciales y la coordinadora de Solidaridad con la Mujer Haitiana (SOFA), Olga Benoit, pide no citar nombres ni ubicaciones precisas. Pero ahí está el testimonio de esta chica de 19 años, refugiada en Cité Soleil, que sufrió una violación tumultuaria mientras esperaba su turno en las regaderas del campamento. Siete individuos se involucraron en la agresión.

Severamente herida fue remitida a un hospital. Ahí identificó a uno de sus agresores. El muchacho fue detenido. Pero los demás amenazaron de muerte a la familia de la joven que ha tenido que volver al campamento, a convivir con sus violadores. A pesar de todo, ella está dispuesta a continuar con la denuncia.

Otra chiquita, de 14 años, estaba sola en la tienda cuando entró un hombre y la violó. Esto ocurrió en un albergue de Carrefour-Feuilles. El individuo es un conocido de la familia. A la niña ya se le detectó una infección vaginal. En un caso similar, de otra niña de 14, la consecuencia de la violación es un embarazo.

Otra historia es la de una pequeña de 10 años. El violador fue detenido. Pero su familia amenazó de tal modo a la madre de la niña que ésta se desistió del proceso penal –ya que en Puerto Príncipe ni siquiera la violación de menores se persigue de oficio– y ahora el individuo sigue merodeando la carpa donde vive su víctima. Madre e hija se sienten totalmente a su merced.

Hay un expediente que no refiere una agresión sexual pero sí una situación de violencia intrafamiliar insostenible. Es una muchacha de 16 años, con dos hijos. Vive en una carpa con el padre de los niños y sus suegros. Pero éstos la consideran una carga indeseable y la agreden y golpean constantemente, todo en un espacio de dos por tres metros cuadrados. No tiene familia propia.

Este delgado fajo de expedientes, que nos permite ojear la dirigente de SOFA, es apenas un botón de muestra de la explosiva situación que se ha desencadenado en contra de las mujeres y niñas que perdieron sus casas en el terremoto.

La cara femenina del desastre

Se requirió que las feministas que trabajan en la red de organizaciones haitianas, como la Coordinadora de la Plataforma para la Defensa de los Derechos de las Mujeres, Kay Fanm; Mujeres Deciden, Refraka y otras levantarán la voz y llegaran incluso a golpear el escritorio de algún funcionario para que esta problemática alcanzara alguna visibilidad.

El feminismo haitiano fue duramente golpeado por el sismo. Tres de sus principales figuras murieron el 12 de enero: Myriam Merlet, asesora del ministerio de la Condición Femenina; Magalie Marcelin, de la organización Kay Fanm, y Anne Marie Coriolan, fundadora de SOFA. Sus compañeras, sin embargo, remontaron el golpe y desde los primeros minutos se hicieron presentes en la escena del desastre.

Una vez cubiertas las necesidades primarias de agua y alimentos, empezó a aflorar la otra cara del desastre: “Hubo una negligencia total de la condición femenina en los albergues”, apunta Jesi Chancy, militante feminista e investigadora del centro Cresfed. “Y lo sigue habiendo.”

Las organizaciones de mujeres reclamaron que había que “feminizar” la ayuda humanitaria: conseguir toallas femeninas, pañales para los niños, facilitar medios de distribución de agua y comida donde no privara la ley del más fuerte, aplicar medidas de prevención para la violencia que finalmente terminó por extenderse.

Un primer recuento realizado por estas organizaciones detectó en los campamentos a más de 7 mil mujeres embarazadas. Decenas de bebés están naciendo ahí mismo, en las carpas, bajo la lluvia. Estas agrupaciones detectaron también que

aunque en cada campamento hay un comité coordinador, es muy raro el caso de una mujer que pertenezca a alguno.

Las feministas integraron células interdisciplinarias que recorren los campamentos para ofrecer apoyo psicosocial a las mujeres, para hacer talleres de prevención y sensibilización, abrir canales para hacer posibles las denuncias que muy poco a poco empiezan a abrirse camino. Se logró que en el hospital general se abriera una área específica de ginecología, adonde son canalizadas las mujeres violadas (aquellas que se atreven a denunciar, que son minoría) y ahí reciben atención médica, un kit de anticoncepción del día siguiente y asesoría legal.

Un descubrimiento atroz

Lo que estas células han descubierto es atroz.

“La vida en los campamentos para las mujeres es de total vulnerabilidad –explica Olga Benoit–. Están totalmente expuestas, sin intimidad ni siquiera para bañarse, sin una puerta detrás de la cual puedan recluirse, lejos de las estructuras familiares que la protegían. No sólo se dispararon los casos de hostigamiento y agresión sexual, sino también de comercio sexual. Muchachas que intercambian su cuerpo, o madres que ceden el de sus pequeñas hijas, a cambio de una tarjeta para recibir alimentos, una lona para mejorar su carpa, cualquier ventaja que pueda mejorar un poco su situación”.

A fuerza de denuncias lograron primero llamar la atención de las ONG extranjeras, como Amnistía Internacional, que emitió un informe específico. Después consiguieron que las autoridades tomaran algunas acciones, entre otras crear algunos campamentos exclusivos para mujeres.

Otra medida será el próximo despliegue de mujeres Cascos Azules. Se trata de un batallón de 130 mujeres policías de Bangladesh, más personal de apoyo, que llegará el próximo 12 de mayo, según anunció el secretario general de la ONU Ban Ki Moon. El boletín del centro de información de la ONU no lo menciona, pero el origen de la creación de estos batallones femeninos en las misiones los Casos Azules radica en un antecedente criminal que nada tiene que ver con la pacificación, estabilización y protección de civiles.

En 2005 el organismo mundial se vio obligado a atender en tribunales especiales 340 denuncias de abusos y violaciones sexuales que involucraron a 217 efectivos uniformados y a 123 integrantes civiles de sus misiones de paz en Haití, Congo y Kosovo.

En el caso haitiano había sido precisamente la difunta Magalie Marcellín quien llevó la acusación contra más de 100 cascos azules, que forzaban a niñas hasta de 13 años por tener sexo con ellos a cambio de un dólar. Este hecho vergonzoso persiste aún en la memoria de muchas haitianas.

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2010/05/02/index.php?section=mundo&article=028n1mun> - 02.05.2010

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS